UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO

THASSIANE JESUS DO NASCIMENTO SOARES

DINAMIZAÇÃO DA BIBLIOTECA DO CENTRO DE EXCELÊNCIA MANUEL BOMFIM EM ARAUÁ/SE: UMA PROPOSTA DE REVITALIZAÇÃO DE ACORDO COM OS PARÂMETROS BRASILEIROS PARA BIBLIOTECA ESCOLAR

SÃO CRISTÓVÃO/SE
2022

THASSIANE JESUS DO NASCIMENTO SOARES

DINAMIZAÇÃO DA BIBLIOTECA DO CENTRO DE EXCELÊNCIA MANUEL BOMFIM EM ARAUÁ/SE: UMA PROPOSTA DE REVITALIZAÇÃO DE ACORDO COM OS PARÂMETROS BRASILEIROS PARA BIBLIOTECA ESCOLAR

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal de Sergipe para obtenção do Grau de Bacharelado em Biblioteconomia e Documentação.

Orientadora: Profa. Dra. Niliane Cunha de Aguiar.

SÃO CRISTÓVÃO/SE
2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S676d

Soares,Thassiane Jesus do Nascimento.
Dinamização da biblioteca do Centro de Excelência Manuel Bomfim em Arauá/SE [manuscrito] : uma proposta de revitalização de acordo com os parâmetros brasileiros para biblioteca escolar / Thassiane Jesus do Nascimento Soares. - São Cristóvão, 2022.
67f. : il. ; color.

Orientadora: Dra. Niliane Cunha de Aguiar.
Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Biblioteconomia e Documentação) -Universidade Federal de Sergipe, Departamento de Ciência da Informação, 2022.

1. Biblioteca escolar. 2. Competência Informacional. 3. Letramento Informacional. 4. Parâmetros para biblioteca escolar. I. Aguiar, Niliane Cunha de, orient. II. Título.

CDU 027.8(813.7)
CDD 020

Maria Egleide Silva Santos – CRB-5/2030

DINAMIZAÇÃO DA BIBLIOTECA DO CENTRO DE EXCELÊNCIA MANUEL BOMFIM EM ARAUÁ/SE: UMA PROPOSTA DE REVITALIZAÇÃO DE ACORDO COM OS PARÂMETROS BRASILEIROS PARA BIBLIOTECA ESCOLAR

THASSIANE JESUS DO NASCIMENTO SOARES

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal de Sergipe para obtenção do Grau de Bacharelado em Biblioteconomia e Documentação.

Nota:_____

Data de apresentação:_____

BANCA EXAMINADORA

_____

Profa. Dra./Me Niliane Cunha de Aguiar
(Orientadora)

_____

Me. France Mabel Fernandes Costa Santos
(Membro convidado-Externo)

_____

Profa. Dra./Me Janaína Ferreira Fialho Costa
(Membro Convidado-Interno)

AGRADECIMENTOS

Ao iniciar essas palavras, lembro-me que a segunda graduação não estava nos meus planos. Mas nos de DEUS, quando colocou em meu coração o desejo de após 10 anos fazer o ENEM novamente. E quando na dúvida em fazer a matrícula frente ao desafio da mudança drástica da rotina, o que ganhou mais força por ter visto o resultado no último dia de matrícula, ELE usou de NEIDE, quando disse: “Você está esperando o que para ir fazer o que precisa? Vai juntar os documentos dá tempo” A ELE toda honra e glória por esta conquista.

Agradeço inicialmente a minha família em especial, a minha filha Thassila Maria, que com apenas três aninhos, precisou adaptar-se na nova rotina de ver a mãe apenas cerca de 40min por dia e ainda assim bem corridos, pois é, ter que se deslocar todos os dias a universidade era um grande desafio, principalmente por trabalhar das 07h às 15h e tendo que pegar o carro às 15h40min, retornando somente às 00h30min.

A minha orientadora, Profª Dra. Niliane Aguiar, por todo suporte na construção desta pesquisa, bem como à banca examinadora, por apontar contribuições a esse trabalho, a saber, a Profª Dra. Janaína Fialho e a Bibliotecária Me. France Mabel Fernandes Costa Santos foi uma honra contar com um trio especialista na temática desta pesquisa.

A todo corpo docente do DCI, por todo comprometimento na qualidade da formação de novos Bibliotecários.

Aos “biblioamigos”, Maria Edvânia, Rafaela, Luani, Anderson e Saulo com os quais aprendi muito, vocês foram essenciais nesse processo. Um agradecimento especial a Maria Edvânia que não largou minha mão nenhum segundo em todo esse tempo, tendo se tornando, além de amiga parte da família.

A David Assis, pela amizade e parceria no CEMB.

Às bibliotecárias Maria Caitana de Lima Mota (Biblioteca Pública Hermes Fontes) e Maria de Lourdes dos Santos (Biblioteca Universitária do Campus de Laranjeiras), por toda troca de experiência, durante o estágio supervisionado. Enfim, minha eterna gratidão, a todos que fizeram parte desse processo.

“Os livros nos permitem voar.
Os bibliotecários e bibliotecárias
nos emprestam asas.”
Sérgio Vaz

RESUMO

A presente pesquisa visou levantar a temática das bibliotecas escolares, através da realidade da biblioteca do Centro de Excelência Manuel Bomfim (CEMB) no município de Arauá-SE. Sendo aplicada com o objetivo de elaborar, de acordo com os parâmetros brasileiros para biblioteca escolar, uma proposta de revitalização para a biblioteca do CEMB. Realizando um diagnóstico e apontando os elementos padrões para adequações do espaço, que é subutilizado assim como a grande maioria das bibliotecas escolares públicas brasileiras. Entende-se que para que a biblioteca escolar seja um espaço catalisador de mudanças que contribuam no processo de ensino-aprendizagem deve ser um espaço dinâmico de informação na escola, adequado para o incentivo à leitura, fomento da cultura o uso e interpretação de informação fortalecendo o conhecimento ao longo da vida. A revisão de literatura buscou abordar o contexto histórico da biblioteca escolar no Brasil, bem como as contribuições da BE na formação do aluno para a sociedade da informação, com ênfase na importância do letramento informacional para competência informacional, além da prática da pesquisa escolar; detalhamento da lei de universalização das bibliotecas escolares e análise dos projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional sobre a temática, que podem ocasionar mudanças na lei 12.244 que venceu o prazo de efetivação. Como base para alcançar o objetivo geral buscou-se fundamentos na organização de bibliotecas escolares como foco nos parâmetros para bibliotecas escolares no Brasil, além da contextualização da realidade da rede estadual de ensino frente a essa questão. A metodologia utilizada foi de cunho exploratório-descritivo, com abordagem qualitativa, o método de coleta de dados utilizado foi à observação direta do objeto desta pesquisa onde a pesquisadora utilizou-se do formulário de avaliação do GEBE para nortear a obtenção do diagnóstico da biblioteca que culminou na proposta de revitalização do espaço físico da biblioteca do CEMB apresentada nesta pesquisa.

Palavras Chave: Biblioteca escolar. Competência Informacional. Letramento Informacional. Parâmetros para biblioteca escolar.

ABSTRACT

The objective of this research was to raise the issue of school libraries, through the reality of the library of the Manuel Bomfim Center of Excellence (CEMB) in the municipality of Arauá-SE. Being applied with the objective of elaborating, according to the Brazilian parameters for the school library, a proposal for the revitalization of the CEMB library. Carry out a diagnosis and point out the standard elements for the adaptations of the space, which is underused, as well as the vast majority of Brazilian public school libraries. It is understood that for the school library to be a space that catalyzes changes that contribute to the teaching-learning process, it must be a space that stimulates information in the school, conducive to encouraging reading, promoting culture, the use and interpretation. information, strengthening knowledge throughout life. The literature review sought to address the historical context of the school library in Brazil, as well as the contributions of BE in the formation of students for the information society, with emphasis on the importance of information literacy for informational competence, in addition of practice. school research; that details the law for the universalization of school libraries and the analysis of the bills that are being processed in the National Congress on the matter, which may lead to changes in Law 12.244, which has expired. As a basis to achieve the general objective, fundamentals were sought in the organization of school libraries with a focus on the parameters for school libraries in Brazil, in addition to the contextualization of the reality of the state education network in the face of this problem. The methodology used was exploratory-descriptive, with a qualitative approach, the data collection method used was direct observation of the object of this investigation where the researcher used the GEBE evaluation form to guide the obtaining of the library diagnosis that culminated in the proposal to revitalize the physical space of the CEMB library presented in this research.

Keywords: School library. Informational Competence. Information Literacy. Parameters for the school library.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Card de Lançamento da Campanha 29

Figura 2 - Fluxograma das Etapas da Pesquisa 39

Figura 3 - Manuel Bomfim 40

Figura 4 - Situação da Biblioteca em 2013 ……..... 44

Figura 5 - Ambiente organizado pelos alunos do Projeto…..... 45

Figura 6 - Vista Panorâmica da Biblioteca 47

Figura 7 - Tela com resumo catalográfico do Biblivre..... 54

Figura 8 - Código QR contendo vídeo 3D com projeto de proposta de layout 56

Figura 9 - Proposta de novo layout, em 2D..... 57

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Matrícula por modalidade de Ensino de 2014-2022 41

Quadro 2 - Parte do Plano de Ação de 2017 do CEMB 46

Quadro 3 - Mobiliários e Equipamentos da BE- CEMB..... 50

Quadro 4 - Dados de Distribuição de Periódicos – 2014 53

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APBDSE	Associação Profissional de Bibliotecários e Documentalistas de Sergipe
BE	Biblioteca Escolar
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CDD	Classificação Decimal de Dewey
CDU	Classificação Decimal Universal
CEMB	Centro Excelência Manuel Bomfim
CFB	Conselho Federal de Biblioteconomia
COINFO	Competência Informacional
CRB	Conselho Regional de Biblioteconomia
DASE	Departamento de Apoio ao Sistema Educacional
FNDE	Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação
GEBE	Grupo de Estudos em Biblioteca Escolar
LDB	Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional
PDDE	Programa de Dinheiro Direto na Escola
PEE	Plano Estadual de Educação
PL	Projeto de Lei
PNBE	Programa Nacional Biblioteca da Escola
PNE	Plano Nacional de Educação
PPP	Projeto Político Pedagógico
SE	Sergipe
SEDUC	Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura
SNBE	Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFS	Universidade Federal de Sergipe

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO **11**

2 REVISÃO DE LITERATURA **14**

2.1 Breve histórico da Biblioteca Escolar no Brasil **14**

2.1.1 Contribuições da Biblioteca Escolar na formação do aluno para a Sociedade da Informação **17**

2.1.2 Competência Informacional na Biblioteca Escolar **18**

2.1.3 Práticas de pesquisa no âmbito da Biblioteca Escolar **19**

2.2 A lei de universalização de Biblioteca Escolar **22**

2.2.1 O projeto de Lei n° 9.484/2018, o que pode mudar na Lei 12.244/2010? **25**

2.3 Organização de Bibliotecas Escolares **30**

2.3.1 Parâmetros para Bibliotecas Escolares no Brasil **30**

2.4 Biblioteca Escolar na rede Estadual de ensino de Sergipe **34**

3 METODOLOGIA **37**

3.1 Etapas da Pesquisa **39**

3.2 Caracterização do Campo de Pesquisa **39**

3.2.1 Objeto de Estudo **43**

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS **49**

5 PROPOSTA DE REVITALIZAÇÃO DO ESPAÇO FÍSICO **56**

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS **60**

REFERÊNCIAS **62**

ANEXOS **66**

1 INTRODUÇÃO

A biblioteca escolar (BE) é um importante espaço, que integrado ao fazer pedagógico, contribui com a qualidade da educação e, por conseguinte a elevação dos indicadores educacionais como, por exemplo, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Ela deve ser um ambiente dinâmico de mediação e acesso à informação, propício para formação de leitores e cidadãos aptos a lidar com as mudanças constantes da sociedade em que a tomada de decisão é sempre crucial.

No entanto, quando se fala em BE, é comum associá-la a uma sala fechada, com um amontoado de livros, em alguns casos em sua maioria didáticos. Percebe-se, que essa visão é ocasionada pela inexistência de uma cobrança efetiva no cumprimento das políticas públicas para bibliotecas escolares, onde espaços são maquiados para receber material do governo, mas não funcionam efetivamente dentro dos padrões necessários.

No Centro de Excelência Manuel Bomfim (CEMB) não é diferente, o espaço destinado à biblioteca é fechado na maior parte do tempo, uma vez que não existem funcionários para mantê-la aberta durante os turnos, sendo que eventualmente algum professor utiliza-a para repor aula em turno oposto por não ter sala de aula disponível, e apesar da unidade possui um acervo diversificado que vai desde material de formação continuada para professores aos clássicos da literatura, são raras as vezes que um docente busca fazer um trabalho integrado em que os alunos a usufrua. Logo, é espaço pouco explorado pela comunidade escolar.

Diante do exposto, percebe-se a necessidade de dinamizar a biblioteca escolar do CEMB, de forma que possa cumprir sua missão de potencializar o processo de ensino-aprendizagem com foco na promoção e democratização da leitura e informação. Dito isto, o problema de pesquisa é expresso com o seguinte questionamento: **como tornar a biblioteca escolar do Centro de Excelência Manuel Bomfim um espaço que contribua para a transformação da comunidade escolar em efetivos usuários da informação?** Partindo do contexto da questão norteadora, pressupõe-se que investimentos na organização da unidade e alocação de profissional especializado para o seu funcionamento efetivo pode tornar a BE um ambiente favorável no processo educativo e, por conseguinte, uma extensão da sala de aula.

Nesta perspectiva, **objetiva-se elaborar, de acordo com os parâmetros para BE, uma proposta de revitalização para a BE do CEMB localizado no município de Arauá/Sergipe**. Para tanto, faz-se necessário **realizar** um diagnóstico da unidade informacional, e **apontar** os elementos padrões que necessitem de adequações para se enquadrarem inicialmente nos padrões mínimos de acordo com a realidade da BE, de forma que contribua para que o local seja um espaço acolhedor e catalisador de mudanças que contribuam com o processo de ensino aprendizagem na instituição.

Posto isso, considera-se que a BE na sociedade pode ser vista como um agente de formação e transformação social, tendo em vista o seu potencial em integrar o processo de ensino-aprendizagem, de forma que o aluno seja de fato preparado para lidar com a aprendizagem ao longo da vida. Portanto, a referida temática tem grande relevância científica, tendo em vista que a BE é fundamental para preparar o aluno para a sociedade da informação.

Dessa forma, a pesquisa é de suma importância para a comunidade escolar do CEMB, de forma a fornecer subsídios para que a instituição, que já desenvolve projetos de incentivo à leitura, consiga implementar planos de ação que envolvam o uso efetivo da biblioteca de forma a despertar o sentimento de pertencimento com este espaço. Ademais, **poderá ser um instrumento para reivindicar ao Governo do Estado, investimentos necessários para o seu funcionamento, o que pode resultar em um benefício para todas as unidades estaduais e reiterar a luta pela manutenção do bibliotecário nesses espaços.**

O interesse pelo estudo da referida temática foi despertado na pesquisadora ao ingressar no curso em 2018 e começar a perceber o potencial da área para a educação, área essa, que é negligenciada pelo governo ao permitir que o espaço destinado a uma biblioteca seja subutilizado por falta de conhecimento para gerenciá-lo, já que as escolas não dispõem de profissional habilitado. O que consolidou-se ao cursar a disciplina optativa “Organização de Bibliotecas Escolares” ministrada pela professora Dra. Janaína Fialho, na qual foi possível aprofundar o conhecimento sobre o tema despertando um novo olhar para a realidade da biblioteca do CEMB. Posto isso, o presente estudo está vinculado à linha de pesquisa Informação e Sociedade uma vez que, conforme o manual do Departamento de Ciência da Informação essa linha desenvolve estudo sobre unidades de informação.

Por fim, encontra-se estruturado inicialmente com o capítulo introdutório apresentando um panorama geral da pesquisa desde a contextualização do tema, problema de pesquisa, objetivos e justificativa da pesquisa. A segunda seção destina-se a revisão de literatura abordando o contexto histórico da biblioteca escolar no Brasil. Seguido das contribuições da BE na formação do aluno para a sociedade da informação, enfatizando a importância da competência informacional e a prática da pesquisa escolar; sendo exposta a lei de universalização das bibliotecas escolares de forma a relacioná-la com os dispositivos legais da educação a exemplo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) Projeto Político Pedagógico (PPP); Programa Nacional de Bibliotecas Escolares (PNBE) e a Base Nacional Comum (BNCC). Como base para fundamentação do objetivo geral reservou-se o capítulo de organização de bibliotecas escolares em que serão apresentados os parâmetros para bibliotecas escolares no Brasil, além da contextualização da realidade da rede estadual de ensino frente a essa questão. A terceira seção apresenta os recursos metodológicos adotando na realização da pesquisa, concluindo com uma breve apresentação do objeto de pesquisa. Seguem-se sistematicamente as demais seções destinadas à análise e discussão dos resultados à luz dos parâmetros brasileiros para biblioteca escolar; o produto desta pesquisa que e a proposta de reestruturação do layout da BE e as considerações finais. Encontram-se como anexos algumas imagens do objeto deste estudo.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Nesta seção, serão apresentadas referências da temática que embasam o desenvolvimento desta pesquisa sobre a BE, desde o seu contexto histórico à sua atual conjuntura no Brasil. Assim, buscou-se fundamentar na literatura científica já consolidada, as contribuições da BE na sociedade da informação, o papel na formação de leitores em plena era da informação, a competência informacional, a pesquisa escolar, a lei de Universalização da Biblioteca Escolar e a organização conforme os parâmetros para biblioteca escolar elaborado pelo Grupo de Estudos em Biblioteca Escolar (GEBE)[1] através da importante parceria com Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB), de forma a comprovar através da literatura que a BE é um espaço dinâmico, vivo que propicia o incentivo à leitura e à pesquisa, conforme descreve Lúcia Helena Maroto em sua obra Biblioteca Escolar: eis a questão.

2.1 Breve histórico da Biblioteca Escolar no Brasil

A história do livro e a criação da imprensa são marcos históricos fundamentais para contextualizar o histórico da BE no Brasil. Logo, os primeiros registros do livro datam do surgimento do papiro e do pergaminho, tratados para serem suportes de escrita, sendo que antes do livro o conhecimento já era registrado em tabuletas de barro como forma de resguardar experiências e práticas do cotidiano, além de documentar decisões, posses e testamentos de autoridades como os reis e faraós na antiguidade, segundo Bottéro (1995).

Nesse contexto, começaram a surgir às bibliotecas, sendo a de Alexandria considerada a maior e mais famosa por sua vasta concentração de fluxos informacionais, importantes para a descoberta de conhecimentos futuros, como forma de guarda, preservação e transmissão do conhecimento com vistas às bibliotecas da posteridade. Cabral (2010) relata que Alexandre objetivava com a construção da biblioteca de Alexandria transformá-la em Biblioteca Universal, reunindo diferentes tipologias de livros ao acervo de todas as partes do mundo, sendo esse um diferencial para a Biblioteca de Alexandria.

[1] Disponível em: http://gebe.eci.ufmg.br/ Acesso em: 10 de nov. 2021.

A criação da imprensa no século XV ocasionou uma explosão informacional devido ao aumento na produção de material no suporte de livro iniciando a partir daí uma mudança de paradigma com o início da popularização do livro e da democratização da informação. Dessa forma, a necessidade das bibliotecas ficou evidente com o apogeu da produção documental impulsionada pela invenção da imprensa.

É válido ressaltar que nesse período as bibliotecas eram monopolizadas pela igreja, o conhecimento armazenado era acessado principalmente pelos religiosos e muitos materiais resguardados com mais sigilo por serem considerados profanos. Nesse período, de acordo com Maroto (2012, p. 32), a biblioteca era vista como um depósito de livros.

Essa visão ressoou por vários séculos no Brasil, sendo possível perceber reflexos que perduram até hoje. Embora existam avanços, é preciso, sobretudo, uma mudança de mentalidade, a qual permita a conscientização, valorização e visibilidade dos serviços e produtos fundamentais à sociedade, proporcionados a todos os tipos de públicos em diferenciadas tipologias de unidades informacionais.

Nesse contexto, adentra-se na história da biblioteca escolar no Brasil que data dos primeiros séculos de colonização do território brasileiro iniciada com a chegada dos jesuítas que montaram as primeiras bibliotecas ainda no século XVI. Conforme é destacado por Maroto:

> Durante a primeira metade do século XVI, não se tem notícias sobre a existência de livros no Brasil. Só a partir de 1549, com o estabelecimento do governo-geral em Salvador/BA, é que foram instaladas as primeiras bibliotecas conventuais brasileiras, sob a coordenação dos padres da Companhia de Jesus, que, logo após chegarem ao Brasil, deram início à fundação de colégios na Bahia e em outras capitais. (MAROTO, 2012, p. 43).

De acordo com a autora supramencionada, outras ordens religiosas (beneditinos, carmelitas e franciscanos) também mantinham mosteiros, conventos e colégios com bibliotecas instaladas em vários Estados, com o intuito de alfabetização e difusão da cultura. Com isso, os religiosos foram de suma importância na formação do sistema educacional brasileiro no período colonial, pois segundo Santos (2010, p.53) “até metade do século XVIII, as bibliotecas dos Conventos foram centros de cultura e formação intelectual dos jovens brasileiros.”

No entanto, de forma excludente, servindo apenas a elite. Nesse ínterim, algumas bibliotecas particulares começaram a surgir, mesmo com o controle de Portugal e a censura da igreja que tornava escassa a circulação do livro no território brasileiro.

Enquanto no ocidente o livro e a escrita se popularizaram, no Brasil essa realidade só começou a ser percebida ainda de forma tímida em meados do XVIII. Nesse mesmo período com a Reforma Pombalina, a Companhia de Jesus foi expulsa do Brasil, considerando que os jesuítas possuíam muitos livros considerados impróprios, o que ocasionou no desmonte das bibliotecas dos jesuítas e todo acervo fadado ao abandono, acondicionado em espaços insalubres, o que levou a perda quase total de todo material, segundo o relatório de Gonçalves Dias, incumbido pelo governo imperial da missão de examinar o estado das bibliotecas dos conventos em algumas províncias do país (SOUZA, 2005, apud SANTOS, 2010, p. 53). Com isso, o Marquês de Pombal instituiu a intensificação das regras de censura dos livros no país, todo material impresso que entrava no Brasil era fiscalizado, bem como todas as bibliotecas, dentre elas as particulares.

No final do século XVIII, com a implantação da Biblioteca Real (atualmente Fundação Biblioteca Nacional) trazida de Portugal por D. João VI, junto com a mudança da corte portuguesa para o Brasil, foi que o acesso ao material impresso como fonte de informação começou a regularizar-se no país, embora as regras rigorosas de censura perdurando até o início do século seguinte, sendo minimizada com o rompimento de Portugal. (MAROTO, 2012).

Dessa forma, esses acontecimentos contribuíram para a democratização da leitura para o povo brasileiro, a imprensa começou a ser difundida através da crescente popularização do acesso à informação, colaborando para o crescimento editorial no país. Com isso, apesar da elitização da leitura, a classe trabalhadora ganhou voz, com a ampliação das tipografias e criação de jornais e folhetos impressos. No início do século XX, a classe operária contribuiu muito com suas reivindicações em artigos de jornais na luta pela revitalização do sistema educacional que se encontrava abandonado fruto da reforma pombalina.

Nesse ínterim, Silva (2011, p.494) relata que [...] “a biblioteca escolar ganha uma nova configuração no final do século XIX e início do século XX”. Tal configuração é referência da noção de BE que existe atualmente, sendo pertinente considerar que aconteceram algumas conquistas no tocante a valorização da biblioteca e do bibliotecário a exemplo da criação da Lei de Universalização da

biblioteca escolar (que será detalhada no decorrer desse trabalho). Porém, como citado inicialmente ainda é vista como “um depósito de livro” e não como a “mola propulsora” do sistema educacional, capaz de transformar o indivíduo em um cidadão crítico e ativo na sociedade, através da promoção da leitura e difusão da informação.

Nesse sentido, a próxima seção abordará as contribuições da BE na formação do leitor na atual conjuntura informacional.

2.1.1 Contribuições da Biblioteca Escolar na formação do aluno para a Sociedade da Informação

A sociedade da informação encontra-se em um processo de mudança constante, dada a explosão informacional nos mais variados meios tecnológicos e suportes, sendo necessário dotar a sociedade de competências para lidar com o grande volume de informação gerada diariamente. Kuhlthau (1999, p.9) define que esse papel cabe às escolas que “[...] precisam preparar seu aluno para o uso inteligente da informação disponível através da tecnologia, em todos os aspectos de sua vida.”.

Assim, percebe-se a BE como uma grande aliada, visto que,

> [...] proporciona informação e ideias fundamentais para sermos bem sucedidos na sociedade actual, baseada na informação e no conhecimento. A biblioteca escolar desenvolve nos estudantes competências para a aprendizagem ao longo da vida e desenvolve a imaginação, permitindo-lhes tornarem-se cidadãos responsáveis. (IFLA/UNESCO, 2002, p. 3).

Partindo dessa conjuntura e conforme Silva e Bortolin (2018), entende-se que a base da formação do leitor para a vida é construída na biblioteca escolar, sendo que para acompanhar a sociedade da informação é necessário o desenvolvimento da competência informacional necessária ao longo da vida. A BE é fundamental nesse processo uma vez que, é um espaço dotado de recursos de aprendizagem informacional que devem ser atrelados ao processo de ensino-aprendizagem.

Nesse processo de ensino-aprendizagem Campello (2016, p. 27) também observa que para se obter bons resultados na aprendizagem é necessário “[...]

investir, sistemática e continuamente, em programas de desenvolvimento de habilidades informacionais, que deverão iniciar-se desde cedo na vida da criança".

Diante desta afirmativa percebe-se a importância da manutenção das bibliotecas nas escolas, o que Kuhlthau (1999, p.9) define como sendo um "desafio crítico" para as escolas vencerem na sociedade da informação utilizando-se de diversificadas fontes informacionais e das inúmeras possibilidades de mediação para o incentivo à leitura de forma a contribuir na formação leitora e desenvolvimento de habilidade e competência informacional ao longo da vida, tornando o aluno capaz de realizar inferências críticas tanto no contexto social quanto educativo. Para compreender melhor o papel da BE no processo de ensino aprendizagem, o capítulo seguinte abordará a competência informacional no âmbito da BE.

2.1.2 Competência Informacional na Biblioteca Escolar

O termo competência informacional (COINFO) tem como tradução original "information literacy", foi utilizado a princípio pelos norte-americanos na década de 1970, conforme descrito por Campello (2003), para descrever habilidades de uso da informação eletrônica. Já no Brasil, a autora ressalta que o uso desse termo encontra-se em construção tendo sido abordado inicialmente por Caregnato (2000), que se utilizou da tradução "Alfabetização Informacional" em seu estudo inicial que abordou a necessidade do desenvolvimento de habilidades em usuários de bibliotecas para lidar com os ambientes digitais, em virtude do advento da internet no Brasil.

Contudo, a tradução mais adotada em nosso país é competência informacional, ganhando ênfase no contexto educacional a partir de 2002 através de Campello, que adotou o conceito da competência informação "[...] como catalisador das mudanças do papel da biblioteca em face das exigências da educação no século XXI." (CAMPELLO, 2003, p. 29). Mas qual o conceito de competência informacional? Como ela pode ter esse efeito catalisador na educação, capaz de transformar a sociedade da informação?

Percebe-se que inicialmente na literatura é comumente utilizado por alguns autores o termo "letramento informacional" com sinônimo de competência informacional, a exemplo da própria Campello (2002, 2003), Fialho (2009), Gasque (2006). No entanto, segundo Aguiar (2017) o letramento é o processo que se

percorre para chegar ao produto que é a competência informacional. No Brasil esse entendimento de processo e resultado vem sendo trabalhado a pouquíssimo tempo pelos pesquisadores, ainda de forma tímida, pois se levou alguns anos de estudo encabeçados principalmente por Campello e Gasque para se chegar a uma melhor tradução do termo, sendo possível definir melhor o seu entendimento, conforme é descrito por Aguiar (2018).

Nesses estudos em busca da construção de um arcabouço teórico mais objetivo Gasque (2010, p.89), afirma, “[...] que o letramento informacional é um processo de aprendizagem compreendido como ação contínua e prolongado, que ocorre ao longo da vida.” A referida autora acrescenta que:

> “[...] o letramento informacional possibilita, mais do que a aquisição de conteúdos e competência, a sabedoria do aprender a aprender, contribuindo para a sustentabilidade da vida e a solidariedade humana na sociedade contemporânea.” (GASQUE, 2010, p.90).

Posto isso, pode-se considerar que a COINFO tem por objetivo a adequação do homem à sociedade da informação através da interação e prática social, vinculadas a um processo de aprendizagem informacional que o torna competente, na busca, acesso, uso e disseminação da informação na sociedade.

Perante o exposto e considerando a função social e cultural da educação no século XXI, que tem como desafio transformar o aluno em sujeito da sua própria aprendizagem, preparando-o para desenvolvê-la ao longo da vida em sociedade, é que estudiosos começaram a investigar meios de lidar com esse desafio. Enxergando na BE o espaço propício para o desenvolvimento de programas de habilidades informacionais, sendo a pesquisa escolar uma importante prática de desenvolvimento dessas habilidades que será abordado logo a seguir.

2.1.3 Práticas de pesquisa no âmbito da Biblioteca Escolar

A pesquisa escolar é uma temática muito discutida entre os pesquisadores que busca desenvolver meios para que essa prática aconteça de forma efetiva. No contexto escolar, a biblioteca é o ambiente adequado para realizar ações de prática de pesquisa, tendo em vista que a pesquisa escolar é uma das

funções educativas da BE. Com isso, faz-se necessário a inclusão dessa prática nas atividades curriculares.

No entanto, conforme Gasque (2012), para que a referida prática seja desenvolvida é preciso entender como funciona a realização de pesquisa no contexto educacional, sendo muito importante trabalhá-la desde a educação básica, tendo em vista que prepara o aluno para o conhecimento ao longo da vida. O que contribui para o prosseguimento da vida acadêmica já que a prática da pesquisa é muito utilizada no nível superior o que termina por corroborar com um melhor rendimento na aprendizagem e construção do conhecimento na academia e, por conseguinte contribuir para mudanças principalmente na qualidade de vida da sociedade. Ademais a preparação desde a educação básica, certamente não acarretará em dificuldades e ou estranhamento com o ambiente científico.

Dessa forma, Campello, *et a*l (2016a, p. 27) ressalta que:

> É preciso reconhecer que a pesquisa escolar é um processo complexo, que exige do aluno habilidades que precisam estar previamente desenvolvidas, para que ocorra em toda a sua riqueza. O estudante deve ter familiaridade com a biblioteca, com a localização dos materiais ali reunidos e com os meios existentes para se recuperar a informação: catálogos, internet etc.

Posto isso, deve-se entender a necessidade de se pensar na disposição de um ambiente acolhedor em que o aluno sinta prazer em frequentar, que ele deseje estar, com isso “O foco da biblioteca tem de se deslocar dos recursos para o aluno, a fim de criar a comunidade de aprendizagem”. (AASL, 1998, apud CAMPELLO,2003, p. 32).

Diante disso, a iniciação à pesquisa na educação básica perpassa pelo desenvolvimento de competências e habilidades em que o aluno se tornará um ser letrado informacionalmente que de acordo com Gasque (2012, p. 46) “[...] é saber buscar e usar a informação para produzir conhecimento [...]” A autora define que para ser considerado letrado informacionalmente é preciso desenvolver as capacidades de:

> • determinar a extensão das informações necessárias; • acessar a informação de forma efetiva e eficientemente; • avaliar criticamente a informação e suas fontes; • incorporar a nova informação ao conhecimento prévio; • usar a informação de forma efetiva para atingir objetivos específicos; • compreender os aspectos econômico,

> legal e social do uso da informação, bem como acessá-la e usá-la ética e legalmente. (GASQUE, 2012, p. 32).

Logo, nas práticas de pesquisa é possível desenvolver as habilidades de buscar, acessar e utilizar a informação como fonte de produção de conhecimento, capaz de analisar problemáticas, chegando a definições, bem como tomada de decisões para obter soluções.

Aliado a isso, a IFLA/UNESCO (2000, p. 2), corrobora que bibliotecários e professores ao trabalhar conjuntamente propiciam o desenvolvimento dos estudantes no que diz respeito "[...] o alcance de maior nível de literacia na leitura e escrita, aprendizagem, resolução de problemas, uso da informação e das tecnologias de comunicação e informação".

Nesse processo de letramento informacional o profissional bibliotecário em consonância com o professor e currículo da escola desenvolve seu papel primordial de mediador da informação. Para tanto é pertinente comprovar que

> Os pressupostos principais do conceito de letramento informacional apontam para o trabalho integrado de bibliotecários (ou professor bibliotecário, como denominado em Portugal) e professores no desenvolvimento das competências informacionais dos estudantes; processo contínuo de amadurecimento durante a educação básica, com metodologias adequadas às etapas da vida escolar. E, ainda, recomenda que a biblioteca escolar deve estar inserida definitivamente no processo pedagógico e no currículo escolar.(GASQUE, FIALHO, 2017, p.74)

Da mesma forma, Campello *et. al.* (2016a) ressalta a importância de aluno, professor e bibliotecário entenderem juntamente que efetivação da prática da pesquisa escolar ocorre por etapas, podendo considerar aqui como sendo as etapas da vida escolar que vão da educação infantil ao ensino médio e posteriormente ao ensino superior. A autora ainda afirma que "a riqueza do processo se traduz na modificação da forma de pensar do aluno". (CAMPELLO *et. al.*, 2016a, p. 27).

No entanto, para que a BE consiga ser esse espaço de mudança de mentalidade que forma cidadãos críticos é preciso que a realidade histórica de abandono da BE seja revista.

Muito embora já existam alguns avanços, atualmente, essa questão persiste como uma problemática no sistema educacional público brasileiro. É

importante que profissionais e sociedade em geral estejam atentos no sentido de exigir que se coloque efetivamente em prática direitos assegurados.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica (LDB), os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), bem como atualmente a Base Nacional Curricular Comum (BNCC), são instrumentos norteadores para o funcionamento da educação. Neles é possível identificar a necessidade do desenvolvimento das competências e habilidades no educando. Embora a BE não seja citada diretamente nestes dispositivos, é perceptível o papel da BE, quando se referem ao incentivo à leitura, acesso e difusão da cultura de forma a adquirir e produzir conhecimento objetivando a formação para a cidadania.

Nesse sentido, o bibliotecário é a figura de maior representatividade nessa luta, pois de acordo com Mota (2006, p. 126) “[...] o papel do bibliotecário reivindicador e consciente da importância de seu trabalho e do espaço da biblioteca escolar é essencial”. Como futuro dessa luta de décadas da classe bibliotecária, nasce à lei de universalização das bibliotecas escolares, que será abordada a seguir.

2.2 A Lei de Universalização das Bibliotecas Escolares

A ausência de políticas públicas para BE, mesmo com o novo viés educacional no século XXI, levaram a inquietude de bibliotecários buscando reconhecimento efetivo com a criação de políticas públicas com o objetivo principal de mudar a realidade de precariedade desses espaços nas escolas fruto do desmonte histórico da reforma educacional realizada pelo Marquês de Pombal.

Inicialmente, de acordo com Siqueira *et. al.* (2021) as conquistas começaram quando a BE começou a ser inserida em políticas públicas como LDB 9.394/1996. Em 1997, conforme a análise dos autores, outra conquista muito importante foi à criação dos PCNs, que mesmo de forma indireta foi possível visualizar a biblioteca escolar sendo contemplada em seu texto no que tange a construção do currículo para a formação cidadã.

Ainda em 1997, o governo criou o Programa Nacional de Biblioteca da Escola, e passou a distribuir livros às escolas públicas com o intuito de promover o acesso à cultura e o incentivo à leitura nas escolas de todo o país. Até então o PNBE foi o que mais se aproximou de uma política voltada a B.E, mas apenas

definia a distribuição de livros, processo insuficiente já que as unidades poderiam até constituir um acervo através dele, porém sem tratamento, sendo que as escolas não dispunham de profissional para tal função. Com isso, conselhos, e associações de bibliotecários seguiram na luta, principalmente no que diz respeito à manutenção e reconhecimento do bibliotecário no âmbito educacional.

Percebe-se que o referido cenário começou a ter sinais de mudança em 2000, quando ao consultar a base de proposições da câmara federal é possível identificar o projeto que criou as políticas públicas específicas para BE versando sobre a universalização das bibliotecas escolares, o Projeto de Lei (PL) n.º 3.549/2000 (BRASIL, 2000), apresentado pela Deputada Federal Esther Grossi PT/RS, em 12/09/2000, o referido projeto tramitou sendo aprovado pela Comissão de Educação e solicitada emendas e substituições pela Comissão de Justiça e Cidadania, sendo arquivado em 2003 após o fim da legislatura da deputada, conforme art. 105 do Regimento Interno da Câmara Federal (BRASIL, 2018).

No mesmo ano, é retomado pelo Deputado Federal Lobbe Neto - PSDB/SP, que propôs o Projeto de Lei n.º 1.831/2003 reapresentado a mesma PL que fora arquivada. O referido projeto tramitou por anos sendo transformado na lei n.º 12.244/2010.

A lei 12.244 que dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do Brasil, foi promulgada pelo então presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva em 24 de maio de 2010, tendo um prazo de dez anos para efetivação. A promulgação dessa lei é um importante marco na luta da classe bibliotecária pela manutenção desses espaços nas escolas, tendo em vista o déficit histórico dessas unidades e o grande potencial em contribuir com a qualidade da educação. Com essa lei pode-se considerar que o governo reconheceu a necessidade da implementação efetiva de bibliotecas nas escolas brasileiras, quando define no art. 1° que “As instituições de ensino públicas e privadas de todos os sistemas de ensino do País contarão com bibliotecas, nos termos desta Lei.” (BRASIL, 2010).

No entanto, de acordo com Santana (2021) o que se ver ao longo desses dez anos é uma pauta importante sendo negligenciada pela falta de prioridade do poder público em fazer cumprir a lei no sistema educacional brasileiro, tendo em vista que completados os dez anos em maio de 2020, a efetivação da universalização das bibliotecas escolares no Brasil, está longe da realidade de

muitas escolas. Inclusive dados do Censo Escolar da Educação Básica, disponibilizados no site do QEdu[2],do ano de criação da lei comparados com o ano de 2020, comprovam que não ocorrem mudanças significativas nesse sentido. Os dados mostram que em 2010 apenas 33% das escolas de educação básica possuíam biblioteca, passados os dez anos da criação da lei em 2020, a porcentagem subiu apenas três pontos percentuais indo para 36%. Os números são mais alarmantes ao levar em consideração apenas as instituições públicas municipais a quem compete à oferta da educação infantil e ensino fundamental, sendo demonstrado em 2010, o quantitativo de 126.236 escolas, apenas 19% possuíam biblioteca, em 2020 essa porcentagem subiu para 23%.

Sendo assim, é notória a falta de desdobramentos de políticas públicas para viabilizar a efetivação da lei. É válido observar que espaços já existentes foram maquiados para acondicionar acervo do PNBE e serem definidos muitos deles como biblioteca, já que a existem também as salas de leitura que a própria lei dá brecha uma vez que, a lei não apresenta um conceito mais concreto para BE, pois o art. 2º limita-se a considerá-la como “[...] a coleção de livros, materiais videográficos e documentos registrados em qualquer suporte destinados a consulta, pesquisa, estudo ou leitura.” (BRASIL, 2010). Inclusive sendo essa uma das principais causas de apreensão pela classe, pois, “percebe-se que a lei não assume o conceito de biblioteca escolar aceito pela comunidade acadêmica e pelas organizações que se preocupam com o caráter educativo da biblioteca como espaço de aprendizagem.” (CAMPELLO *et. a*l., 2016b, p. 54).

Outro ponto de apreensão é que não houve uma preocupação em definir questões importantes como especificações da organização do espaço físico e funcionamento, que já era discutido pelo GEBE que participou da luta pela universalização e até mesmo da UNESCO que através do Manifesto da IFLA para bibliotecas escolares já definia parâmetros de organização e funcionamento para BE. Além disso, Silva (2011) enfatiza que a lei demonstra uma supervalorização apenas do livro na formação do acervo, não detalhando aspectos de organização e funcionamento da BE que possui caráter educativo, voltado à formação política e social do aluno. Ademais, o autor defende a necessidade de definir recursos

[2]O Qedu foi idealizado pela Meritt - na pessoa dos Srs. Ricardo Fritsche e Alexandre Oliveira - e pela Fundação Lemann em 2012. È uma base de dados inovadora desenvolvida com o objetivo de usar os indicadores educacionais para transformar a educação. https://novo.qedu.org.br/

orçamentários para se investir na BE e prevê sanções ou penalidades quando a descumprimento do que determina a lei.

Nesse contexto, percebe-se que os órgãos educacionais das esferas públicas e privadas deveriam mobilizar-se em conjunto para elaborar estratégias organizacionais que levassem à concretização da lei. No entanto, o que se vê de fato é que a falta de fiscalização e penalidades gerou um comodismo geral, faltando apenas dois anos do prazo final para efetivação é que aparecem proposições de melhoria da lei na tentativa de garantir a sua efetivação. São projetos de leis, que tramitam na câmara federal, sendo eles: PL nº 9.484/2018, PL n°. 5.656/2019, PL nº 4.003/2020 e PL nº 4.410/2020. No entanto, destacamos a PL 9.484/2018, como a que mais se aproxima do aperfeiçoamento dos pontos de fragilidade da lei de universalização de bibliotecas escolares levantados por Silva (2011) e reafirmados pela luta dos profissionais da área o qual detalharemos a seguir.

2.2.1 O Projeto de lei n°. 9.484/2018, o que pode mudar na Lei 12.244/2010?

Em fevereiro de 2018 as deputadas Laura Carneiro - PMDB/RJ e Carmen Zanotto - PPS/SC apresentaram a PL n°. 9.484/2018 que “[...] Altera a Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas escolares nas instituições de ensino do País, para dispor sobre uma nova definição de BE e cria o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE)” (BRASIL, 2018).

O referido dispositivo prevê no art. 1º a mudança no conceito, que consta no art. 2º da lei em vigor, passando a BE a ser compreendida como o “[...] o equipamento cultural obrigatório e necessário ao desenvolvimento do processo educativo [...]” (BRASIL, 2018) como os seguintes objetivos:

> I – disponibilizar e democratizar a informação, ao conhecimento e às novas tecnologias, em seus diversos suportes;
> II - promover as habilidades, competências e atitudes que contribuam para a garantia dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento do (a)s aluno (a)s, em especial no campo da leitura e da escrita;
> III - constituir-se como espaço de recursos educativos indissociavelmente integrado ao processo de ensino aprendizagem;
> IV - apresentar-se como espaço de estudo, encontro e lazer, destinado a servir de suporte para a comunidade em suas necessidades e anseios. (BRASIL, 2018).

Ao dispor sobre o novo conceito percebe-se que houve uma preocupação em atender o que defendem os pesquisadores da classe, já que o conceito atual caracteriza a BE apenas considerando o acervo. Quanto aos objetivos da BE, é perceptível que as proposições deixam evidente a preocupação em fazer com que ela cumpra de fato a sua função educativa que conforme a concepção de Campello (2003b) são a leitura, a pesquisa e cultural/ação cultural.

Ademais, outro ponto muito importante da PL é a criação do Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE) com as seguintes funções:

> I - incentivar a implantação de bibliotecas escolares em todas as instituições de ensino do país;
> II - promover a melhoria do funcionamento da atual rede de bibliotecas escolares, para que atuem como centros de ação cultural e educacional permanentes;
> III - definir a obrigatoriedade de um acervo mínimo de livros e materiais de ensino nas bibliotecas escolares, tomando-se por base o número de alunos efetivamente matriculados em cada unidade escolar e às especificidades da realidade local;
> IV - implementar uma política de acervo para as bibliotecas escolares que contemple ações de ampliação, guarda, preservação, organização e funcionamento;
> V - desenvolver atividades de treinamento e qualificação de recursos humanos, para o funcionamento adequado das bibliotecas escolares;
> VI - integrar todas as bibliotecas escolares do país na rede mundial de computadores, mantendo atualizado o cadastramento de todas as bibliotecas dos respectivos sistemas de ensino;
> VII - proporcionar, obedecida a legislação vigente, a criação e atualização de acervos, mediante apoio técnico e financeiro da União aos sistemas estaduais e municipais de ensino;
> VIII - favorecer a ação dos sistemas estaduais e municipais de ensino, para que os profissionais vinculados às bibliotecas escolares atuem como agentes culturais, em favor do livro e de uma política de leitura nas escolas;
> IX - firmar convênios com entidades culturais, visando à ampliação do acervo das bibliotecas escolares e à promoção de atividades que contribuam para o desenvolvimento da leitura nas escolas;
> X - estabelecer parâmetros mínimos funcionais para a instalação física das bibliotecas no âmbito das escolas, atendo-se ao princípio da acessibilidade, a fim de que as mesmas se constituam em espaços inclusivos.

Dessa forma, pode-se considerar a criação do SNBE como uma estratégia organizacional para se chegar à efetivação da universalização das bibliotecas escolares. Observa-se que ao detalhar as funções do sistema, foi levado em consideração pontos que nem sequer foram citados ainda de forma superficial

na lei 12.244/2010. É válido ressaltar a preocupação em manter parâmetros mínimos para a implantação e funcionamento das bibliotecas nas escolas.

A proposta também altera o art. 2°, no que tange ao prazo de efetivação da lei, ampliando o prazo para 2024, mesmo prazo de vigência do Plano Nacional de Educação ao definir que [...] seja efetivada no prazo máximo de vigência da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação-PNE e dá outras providências." (BRASIL, 2018). Além de prever sanções para o não cumprimento e enfatizar que [...] será feito mediante a garantia prevista nas Leis nºs 4.084, de 30 de junho de 1962, e 9.674, de 25 de junho de 1998, que tratam da profissão de bibliotecário" (BRASIL, 2018).

Embora o dispositivo, proponha a prorrogação do prazo, vinculando a vigência do PNE é uma proposta que provavelmente pouco contribua no processo de universalização, já que o PNE instituído em 2014, ou seja, 04 anos após a promulgação da Lei 12.244/2010, já previa dentre os objetivos e metas, assegurar a implantação de bibliotecas em todas as escolas em um prazo de cinco anos (BRASIL, 2014). No entanto, ao sinalizar que o processo de universalização das bibliotecas escolares será efetivado com vistas à obrigatoriedade do bibliotecário, configurando a importância do profissional para a manutenção da BE como um ambiente que de fato cumpra sua função educativa, levando a contribuir com mudança da visão de subutilização que vem se arrastando pelo século.

Todavia, mesmo com a justificativa levantada da referida propositura que enfatiza a importância e a função educativa da BE enquanto equipamento cultural, associado a sua contribuição no desenvolvimento do processo de ensino aprendizagem e com todas essas alterações em que é possível vislumbrar a realização do que se espera ao longo de penosos anos, é inegável que estamos lutando por uma pauta que infelizmente não tem interesse político em ser ao menos debatida.

É válido ressaltar que o prazo da lei vigente já expirou e a PL que propõe sua alteração, mesmo sendo aprovada pela câmara federal sequer foi debatida no senado federal onde se encontra desde 2019 sem movimentação, mesmo com todo esse contexto negligenciado à classe bibliotecária representada pelo Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB) e Conselhos Regionais de Biblioteconomia (CRB) e pelas associações, vem realizando várias discussões, eventos, seminários sobre a BE, inclusive buscando junto aos cursos de Biblioteconomia a ampliação de vagas,

exemplo do Departamento de Ciências da Informação (DCI/UFS) que desenvolveu esforços progressivos para ampliar a oferta de vagas no curso de Biblioteconomia em Sergipe passando a ofertar o curso na modalidade à distância, tendo em vista o déficit do quantitativo de profissionais para suprir a demanda que a efetivação da lei geraria.

Em face, a essa conjuntura, o CFB publicou em 13 de maio de 2020, a resolução n° 220/2020 que dispõe sobre os parâmetros de qualidade que devem ser adotados para a estruturação e o funcionamento das bibliotecas escolares e revogando a resolução 199/2018 que dispunha sobre a mesma pauta. (CFB, 2020). Essa ação realizada no mesmo mês de término do prazo determinado na lei para a universalização das BEs é a primeira ação efetiva do CFB identificada por esta pesquisa em uma provável tentativa de chamar atenção do poder público quanto à exigência de se cumprir o que fora determinado.

Após essa resolução publicada no ano de vencimento do prazo estabelecido pela lei, é lançada agora em julho de 2022, na Bienal Internacional do Livro de São Paulo pelo Sistema CFB/CRB a Campanha Nacional **#SOUBIBLIOTECAESCOLAR[3].** De acordo com Fábio Cordeiro, presidente do CFB, a campanha “nasceu com a missão de mobilizar a sociedade para que todas as escolas brasileiras tenham bibliotecas com bibliotecários”.

[3]https://cfb.org.br/noticias/sistema-cfb-crb-lanca-campanha-soubibliotecaescolar/

Figura 1 - Card de Lançamento da Campanha

Fonte: https://cfb.org.br.

A campanha vem ganhando adesão em todas as regiões, com grande ênfase nas redes sociais. No instagram[4] do Sistema CFB/CRB é possível perceber que #SOUBIBLIOTECAESCOLAR tem sido abraçada por professores, deputados, senadores, artistas, além das pessoas bibliotecárias e futuros profissionais da área.

O CRB-5 também tem intensificado suas ações inclusive no período eleitoral em que estamos passando, enviou carta aberta “As Bibliotecas e o Brasil do Futuro” aos candidatos ao governo, senado e câmaras estaduais e federais, seguindo como exemplo a ação do CRB, que enviou carta aos presidenciáveis. De forma a dar conhecimento e comprometer-se com as pautas das bibliotecas em ambos os Estados que abrange a 5ª região, dentre elas a BE. Onde cobram que apresentem proposituras para o cumprimento efetivo da Lei 12.244/2010 e no caso de Sergipe o cumprimento da Lei 2824/1990. Porém não como uma surpresa, mas uma confirmação da falta de comprometimento histórico da classe política com as bibliotecas apenas três candidatos assinaram a adesão às solicitações da carta em Sergipe assim como na Bahia, conforme dados divulgados na página oficial do CRB-5 no instagram. (CARTA, 2022).

[4]https://instagram.com/cfb_biblioteconomia?igshid=YmMyMTA2M2Y=

2.3 Organização de Bibliotecas Escolares

Mesmo vivendo na sociedade da informação, as grandes maiorias das pessoas têm a concepção de que a organização de uma biblioteca na escola é tão somente organizar livros em estantes de uma sala que na maior parte do tempo segue fechada, acumulando poeira ou servindo para acondicionar livros didáticos. Assim, caracteriza-se a visão da subutilização dos espaços destinados a BE no âmbito educacional, principalmente na rede pública de ensino, tendo em vista, que o contexto atual remonta a conjuntura inicial da BE no Brasil quando apenas as instituições privadas investem nesses espaços.

Frente à inexistência de bibliotecas na grande maioria das escolas e precariedade histórica das poucas BEs existentes no país, iniciou-se o movimento pela manutenção e criação desses espaços como um ambiente de conhecimento vinculado ao fazer pedagógico, datado de bibliotecário com função educativa sendo a biblioteca uma extensão da sala de aula, parte integrante do processo de ensino aprendizagem.

O CFB, objetivando mudar essa realidade, buscou parceria com o GEBE da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais com a proposta de construir um referencial para que as escolas tanto públicas como particulares pudessem adotar para criar, avaliar e melhorar suas bibliotecas. (CAMPELLO, 2010). Como resultado dessa parceria foi criado os parâmetros para as bibliotecas escolares no Brasil.

2.3.1 Parâmetros para Bibliotecas Escolares no Brasil

Os parâmetros para as bibliotecas escolares foram elaborados pelos pesquisadores do GEBE. O grupo é coordenado pela Professora Bernadete Campello, composto por pesquisadores e estudantes, sendo considerado pioneiro no Brasil em estudos sobre a função educativa da biblioteca. Comprovado pelos registros dos históricos de estudos disponibilizados em seu site, tendo o primeiro estudo datado de 1980, publicado na Revista Escola de Biblioteconomia da UFMG, instituição a qual o GEBE também é vinculado.

Inicialmente, os pesquisadores buscaram construir um diagnóstico da biblioteca escolar no Brasil através do levantamento de dados da realidade das BEs. Partindo do resultado obtido, tendo como base a Biblioteca escolar como um dispositivo informacional favorável à aprendizagem, iniciou-se a elaboração dos indicadores de qualidade para implantação e instrumentos de avaliação e planejamento para melhorias de acordo com a realidade de cada unidade informacional escolar. A elaboração deu origem ao documento intitulado “Biblioteca escolar como espaço de produção do conhecimento: parâmetros para bibliotecas escolares”.

O documento é composto por duas partes. A primeira parte refere-se aos indicadores que dizem respeito ao espaço físico, acervo, computadores com acesso à internet, organização do acervo, serviços e atividades e pessoal. Esses indicadores são divididos em dois níveis, o básico e o exemplar, sendo assim, “representam o nível básico em que uma biblioteca deve funcionar, e aponta o nível exemplar, isto é, um horizonte a ser alcançado.” (CAMPELLO, 2010, p.10).

No que se refere ao espaço físico, indica que a BE deve possuir um espaço próprio, que seja acessível a todos os usuários. Esclarece ainda, que ao planejar o espaço, ele deve ser pensado, considerando a função do acervo e o seu uso, ressalta que, além disso, deve destinar um local tanto para estudo individual quanto em grupo, bem como, um espaço específico para os usuários terem acesso aos recursos eletrônicos, outro local reservado para a coleção infantil e, além disso, salas de projeções.

Em relação aos níveis, quanto ao espaço físico, é considerado nível básico espaço de 50m² até 100m², e em nível exemplar que tenha acima de 300m². Sabendo da realidade da BE no Brasil, deixa claro que caso o espaço destinado à biblioteca na escola não possua o espaço ideal é recomendado planejar cuidadosamente as atividades de forma que otimize o espaço disponível para distribuí-las. Ainda com relação aos assentos para os usuários da BE, que realizam pesquisa neste ambiente recomenda-se que no nível básico deva dispor de assentos suficientes para acomodar ao mesmo tempo uma turma inteira, além de usuários avulsos e no nível exemplar os assentos precisam ser o bastante para acomodar ao mesmo tempo uma turma inteira, usuários avulsos e grupos de alunos.

Além dos serviços aos usuários os indicadores ainda apontam a necessidade de ambiente para os serviços técnicos e administrativos, para tanto

definem que, em nível básico é necessário ter um balcão de atendimento, uma mesa, uma cadeira e computador com acesso à internet, para uso exclusivo de seus funcionários e em nível exemplar devem possuir um balcão de atendimento e um ambiente específico para os procedimentos técnicos, com uma mesa, uma cadeira e um computador com acesso à internet, para uso exclusivo de cada um dos funcionários.

O segundo ponto levantado, trata do acervo que conforme a sua função educativa deve está de acordo com a proposta de aprendizagem, ser composto por variedade de gêneros literários e fontes de informação como as obras de referência, revistas e fontes informacionais em outros suportes como o digital, sobretudo deve está atualizado. Assim, o indicador define que o acervo deve ser compatível com o número de alunos, que no nível básico é de um título por aluno. Já no nível exemplar é recomendado a partir de quatro títulos por aluno, sem necessidade de acréscimo.

Quanto a computadores com acesso à internet que são usados na BE como uma fonte de informação que complementa o acervo, é considera em nível básico a BE que tenha pelo menos um computador ligado à internet para servir a professores e alunos em atividades de ensino e pesquisa, o nível exemplar é ter computadores com acesso à internet para professores e alunos em atividades de ensino em número suficiente para uma turma inteira.

No que diz respeito à organização do acervo da BE, enfatiza-se a necessidade do acervo ser organizado de forma que os materiais sejam facilmente encontrados. Em seu nível básico, é necessário ter um catálogo acessível que inclua os livros do acervo e a recuperação da informação seja por autor, título e assunto. Já no nível exemplar, orienta que o catálogo da BE seja automatizado com a possibilidade de acessar de forma remota todos os itens do acervo, sendo permitido recuperar a informação não só por autor, título e assunto, mas também por outros pontos de acesso.

O documento também trata dos serviços e atividades da biblioteca, que precisam ser oferecidos com regularidade em seu nível básico são: consulta no local, empréstimo domiciliar, atividades de incentivo à leitura e orientações à pesquisa, já para o nível exemplar além dos serviços descritos no nível básico acrescentou o serviço de divulgação de novas aquisições, exposições e serviços específicos aos professores como levantamento bibliográfico e boletim de alerta.

Por fim, a questão do pessoal que diz respeito à equipe da BE, que além de um profissional para desenvolver as atividades biblioteconômicas, é necessário também à presença de auxiliares para atender aos usuários em todos os turnos de funcionamento da escola, que no nível básico é um bibliotecário supervisor que fica responsável por um grupo de bibliotecas, além de auxiliares em cada uma das bibliotecas, por turno, o nível exemplar aconselha um bibliotecário responsável pela biblioteca além de auxiliares em cada turno levando em consideração o número de alunos da escola.

Terminada a abordagem dos indicadores, os Parâmetros seguem para a segunda parte, em que trás “Um instrumento de avaliação e planejamento que amplia os indicadores acima mencionados, permitindo que a escola analise e avalie detalhadamente sua biblioteca, e trace metas e prazos para seu aperfeiçoamento.” (CAMPELLO, 2010, p.10).

É válido ressaltar que os parâmetros definidos pelo GEBE são flexíveis, podendo adequar-se à realidade de cada BE, principalmente pela falta de investimentos que consequentemente implica na precariedade desse equipamento de aprendizagem que em sua grande maioria são instalados em sala de aula como já exposto.

Pensando nesta realidade, e com a hipótese de que escolas que viessem às implantar adotasse a acomodação da BE, em espaço adaptado de uma sala de aula, os pesquisadores do GEBE elaboraram “o documento complementar 1” dos parâmetros para BE que trata especificamente do espaço físico, como uma forma de nortear os gestores educacionais quanto a distribuição do acervo e do mobiliário para espaços que se enquadram no nível básico de acordo com os parâmetros. (CAMPELLO, 2016c).

Com a publicação desses documentos abriu-se um leque de oportunidades de conhecimento da BE, tanto para criação, implantação, adequação e melhoria. Embora a lei 12.244/2010 que obriga a implantação das bibliotecas escolares em todas as escolas, não tenha contribuído para a mudança dessa realidade, como no caso do Estado de Sergipe que regrediu nesse sentido.

2.4 Bibliotecas escolares na rede Estadual de ensino de Sergipe

Atualmente a rede estadual de ensino é composta por 322 escolas, dessas segundo dados do censo 2021, consultados no QEdu já supracitado, 64%, ou seja, 206 escolas informaram possuir biblioteca. Comparando com o ano de 2010, ano de promulgação da lei de universalização das BEs, os números demonstram claramente que não ocorreram mudanças significativas, sendo que das 383 escolas informadas como mantidas pelo Governo do Estado, apenas 193 delas informaram a biblioteca com uma das dependências constantes em sua infraestrutura.

O que se viu na rede estadual, foi a ação arbitrária do então governador Jackson Barreto quando em 2013 através do decreto n° 25.592 extinguiu vários cargos vagos e/ou que viessem a vagar, dentre eles o cargo de bibliotecário, um claro desrespeito ao profissional mesmo tendo a profissão de Bibliotecário, disciplinada pelas Leis 4.084, de 30 de junho de 1962, e 9.674, de 25 de junho de 1998, não fora respeitada pelo governo que manteve sua posição em 2014 ao instituir o “Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos para os Servidores Públicos Civis da Administração Geral, da Administração Pública Estadual Direta, Autarquias e Fundações Públicas do Poder Executivo - PCCV/AG, e dá outras providências” (SERGIPE, 2014) através da LEI Nº 7.820, de 04 de abril de 2014, quando ainda possuía apenas um bibliotecário no quadro efetivo.

A ação do governo vai de encontro a Lei n° 2824 de 18 de julho de 1990, que:

> “Dispõe sobre a obrigatoriedade de construção e manutenção de bibliotecas e a admissão de bibliotecários em estabelecimentos de ensino pertencentes à rede estadual, institui o depósito legal em favor da biblioteca estadual e dá outras providências”. (SERGIPE, 1990).

Que inclusive determina no art.3 que as bibliotecas sejam administradas por bibliotecários, admitidos por meio de concurso público.

É pertinente ressaltar que mesmo a classe bibliotecária unida junto Associação Profissional de Bibliotecários e Documentalistas de Sergipe (APBDSE) e ao Conselho Regional de Bibliotecários da Bahia e Sergipe (CRB-5) regional Bahia/Sergipe mantendo a pauta sempre em discussão, realizando eventos dentre eles, o Encontro de Bibliotecas Escolares de Sergipe – EBESE, organizado pela

APBDSE que está em sua 5ª edição realizada em 2021, mesmo sem cessar as cobranças por parte da classe, não foi possível até o momento lograr êxito frente a essa situação de total abandono da BE na rede pública de ensino em Sergipe. Já que a ausência do bibliotecário nesses espaços que são informados no censo como BE, caracteriza abandono, uma vez que, os espaços são subutilizados, acervos mal acondicionados terminam por ser muitas vezes perdidos por falta de tratamento adequado. Ademais, o espaço da BE não cumpre efetivamente a sua função educativa.

Diante disso, fica evidente que em Sergipe o poder público estadual não se preocupou em cumprir de fato o que determina a lei da universalização, mesmo tendo contemplando a BE, no Plano Estadual de Educação instituído em 2015 quando definiu em uma das metas:

> [...] adquirir equipamentos e recursos tecnológicos digitais, com o apoio da União, para a utilização pedagógica no ambiente escolar a todas as escolas públicas da educação básica assegurada a sua manutenção, incluindo a implantação e implementação das bibliotecas nas instituições educacionais, com acesso a redes digitais de computadores, inclusive a internet [...] (SERGIPE, 2015, p. 21).

É pertinente registrar quanto aos recursos humanos, não foi citado esforços para assegurar se quer a contratação de profissionais para dar suporte as BEs da rede. A única referência que é feita do bibliotecário é quando cita a promoção de:

> [...] formação de leitores e a capacitação de professores, bibliotecários e agentes da comunidade para atuar como mediadores da leitura, de acordo com a especificidade das diferentes etapas do desenvolvimento e da aprendizagem; (SERGIPE, 2015, p. 23).

A de se questionar, quais bibliotecários? Sendo que, mesmo equipando salas de aula e denominando como BE, os espaços continuam em sua grande maioria, subutilizados, uma vez que o trato da informação não é realizado nem mesmo projetos de incentivo e fomento à leitura são desenvolvidos utilizando diretamente esses espaços.

Assim, diante da conjuntura atual, pode-se considerar ter se tornado regra a hipótese levantada pelos estudiosos da área ao elaborarem o documento complementar sobre o espaço físico. No entanto, mesmo tendo documentos

norteadores não se vê esforços para adequá-los de acordo com os padrões mínimos. O que é comprovado no CEMB, realidade que é abordada por esta pesquisa.

3 METODOLOGIA

Esta seção tem por objetivo apresentar os procedimentos metodológicos que foram adotados para a realização desta pesquisa. Tendo em vista que, “Para que um conhecimento possa ser considerado científico, torna-se necessário identificar as operações mentais e técnicas que possibilitam a sua verificação.” (GIL, 2008, p. 8).

Assim, do ponto de vista do método científico, esta pesquisa se apoia no **método dedutivo**, embora Gil (2008) descreve que seu uso é um pouco restrito nas ciências sociais, por ser um método voltado às questões lógicas nas quais as conclusões têm menores chances de gerar dúvidas. No entanto, justifica-se a escolha, pois “o método dedutivo se fundamenta em três premissas: a maior delas consiste em uma afirmação universal. A segunda premissa se refere a um caso particular da premissa maior. Finalmente a terceira premissa é a pertinente conclusão.” (ENCINAS; SANTANA, 2019, p.7). Logo será adotado, pois a pesquisa se constituiu a partir do conhecimento já registrado sobre “biblioteca escolar” no Brasil, para construir as conclusões do objeto de estudo desta pesquisa.

Quanto à natureza a **pesquisa** é definida como **aplicada**, já que buscou fornecer solução para o problema da subutilização da BE do Centro de Excelência Manuel Bomfim, o que é fundamentado por Encinas e Santana (2019, p. 8) quando caracterizam a pesquisa aplicada “[...] por seu interesse prático, isto é, que os resultados sejam aplicados ou utilizados imediatamente, na solução de problemas que ocorrem na realidade”.

Quanto à forma de **abordagem a pesquisa é qualitativa**, uma vez que, serão levantadas as características do objeto da pesquisa, para conhecer a sua dinâmica de forma a entender a sua realidade, sem preocupar-se com dados quantitativos (CORRÊA, 2008).

Do ponto de vista dos objetivos, o tipo de **pesquisa é exploratória-descritiva**. Segundo Gil (2008, p. 27),

> “As pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores.”

Já as pesquisas do tipo descritivas “[...] têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis.” (GIL, 2008, p.28). Assim, o autor ainda acrescenta que a junção das duas é a mais utilizada por pesquisadores sociais que preocupam-se com a atuação prática.

No que diz respeito aos procedimentos técnicos, no primeiro momento foi adotado a **pesquisa bibliográfica** com vistas a realizar coleta de dados objetivando recuperar estudos realizados por pesquisadores sobre a temática. Dessa forma, a pesquisa contribuiu para construir o embasamento teórico para o desenvolvimento deste estudo.

As bases de dados utilizadas foram SCIELO, BRAPCI, Google Acadêmico, Repositório Institucional da Universidade Federal de Sergipe, e o GEBE. Para a busca foram utilizadas as seguintes palavras-chave “Biblioteca Escolar”; “Competência Informacional”; “Função educativa da biblioteca escolar”; “Letramento Informacional”; “Lei 12.244” sendo possível realizar um **levantamento** das teóricas e parâmetros para biblioteca escolar e análises acerca da lei de universalização, complementar a isso, os dispositivos legais sobre a BE, consultados nos sites oficiais do senado federal, do Ministério da Educação. Além do Plano Estadual de Educação para contextualizar a conjuntura sergipana sobre a BE e análise dos parâmetros para biblioteca escolar, definidos pelo GEBE, o que foi imprescindível para a construção do embasamento desta pesquisa.

No segundo momento, deste trabalho, foi realizada a fase de **pesquisa de campo participante,** uma vez que a autora desta pesquisa fez parte da comunidade escolar como aluna e atualmente encontra-se como secretária da instituição, tendo assim um total de 17 anos de contato direto com o objeto de estudo. Nesta fase da pesquisa, adotou-se a **observação direta** do objeto da pesquisa, através da qual a pesquisadora **utilizou como instrumento norteador para a coleta de dados o formulário de avaliação do GEBE** o que possibilitou obter um diagnóstico da unidade informacional. Sendo possível através dele e da literatura já consolidada sobre a temática, o fortalecimento do objetivo geral desta pesquisa, para elaborar a proposta de revitalização do espaço físico de acordo com os parâmetros ideais para a realidade da instituição, baseando-se na cartilha do GEBE documento complementar 1: espaço físico, elaborado justamente com o objetivo de atender a realidades como a BE do CEMB.

3.1 Etapas da Pesquisa

Baseando-se nos mecanismos da metodologia científica e pautando-se na importância de ter um bom planejamento para o êxito da pesquisa, foi necessária a estruturação da pesquisa que se deu conforme a figura 2, que apresenta um fluxograma das atividades desenvolvidas sistematicamente, para a realização deste trabalho de conclusão.

Figura 2 - Fluxograma das Etapas da Pesquisa.

Fonte: Elaboração pela autora (SOARES, 2022).

3.2 Caracterizações do Campo de Pesquisa

O CEMB[5] situa-se a 100 km da capital, na rua João Nascimento Costa, 141, no centro da cidade de Arauá, centro sul sergipano, fundado em 1951 no Governo de Arnaldo Rollemberg Garcez e reconhecido inicialmente como “Grupo Escolar Rural”, através do decreto n° 244 de 07 de novembro de 1953 com autorização para funcionamento apenas das quatro primeiras séries do Ensino Fundamental.

A primeira mudança de nome aconteceu em janeiro de 1976 quando através

[5]As informações acerca do histórico da instituição foram obtidas por meio de documentos disponibilizados pela gestão da escola.

resolução n° 74 passou a chamar-se “Grupo Escolar Manuel Bomfim”. Tendo a partir desse ano como patrono, Manuel Bomfim o importante intelectual sergipano, médico, sociólogo, historiador e pedagogo, além de Deputado Federal por Sergipe com posse 1907, conforme figura 3 abaixo:

Figura 3 - Manuel Bomfim.

Fonte: Scielo (2012)[6].

No ano seguinte o decreto n° 3914 transforma o Grupo Escolar em Escola de 1° grau Manuel Bomfim ampliando o seu funcionamento para as séries finais do Ensino Fundamental. Em 2004 com a implantação do Ensino Médio passa a chamar-se Colégio Estadual Manuel Bomfim, ofertando o Ensino Fundamental e Médio nas modalidades Regular e Normal (magistério).

Em 2018, após 20 anos da última reforma, a unidade educacional passou por reforma e ampliação. Já em 2022 com a adesão ao Novo Ensino Médio em Tempo Integral, ocorreu mais uma mudança de denominação, por meio do Decreto N° 97 de 09 de junho de 2022 de então “Colégio Estadual” para “Centro de Excelência Manuel Bomfim” ofertando atualmente as modalidades de ensino: Ensino Fundamental, Ensino Médio Regular, Novo Ensino Médio Regular e em tempo integral e EJA/Médio–Educação de Jovens e Adultos.

O atual Centro de Excelência é a única unidade da rede estadual no

[6] Disponível em: https://www.scielo.br/j/pcp/a/9wrhqwKf7VJjm46k3WGTpHz/?lang=ptAcesso em: 15 de ago. 2022.

município, que por não ter escolas da rede particular que ofertem o Ensino Médio é também a única escola a ofertar essa modalidade na cidade. De modo que, a maior parte da população arauaense em idade escolar, em média a partir dos 15 anos, frequenta a unidade. Uma pequena parcela se desloca para cidades circunvizinhas onde frequentam a rede particular e pública de ensino.

Conforme quadro apresentado abaixo, obtido no site[7] da Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura (SEDUC) o CEMB possui 771 alunos matriculados no ano letivo de 2022.

Quadro 1 - Matrícula por modalidade de Ensino de 2014-2022.

Modalidade	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Anos Finais	159	140	131	143	104	142	171	200	214
Anos Iniciais	183	171	144	147	111	110	116	75	40
Educação de Jovens e Adultos					69	113	62	100	131
Ensino Médio	501	413	381	399	338	318	335	364	386
Total	**843**	**724**	**656**	**689**	**622**	**683**	**684**	**739**	**771**

Fonte: SIGA- Sistema Integrado de Gestão Acadêmica, (2022).

Sendo que desses alunos matriculados segundo a caracterização encontrada no Projeto Político Pedagógico da escola, é composta principalmente de filhos de agricultores, assim como também de comerciantes, funcionários públicos, profissionais liberais e autônomos.

Quanto ao nível socioeconômico das famílias é perceptível que são atendidas famílias de status de baixo ao médio por se tratar tanto da área urbana como da rural, sendo a zona rural predominante no Ensino Médio que conforme informações nas fichas de matrícula a unidade tem alunos de todas as comunidades rurais, dentre elas assentamentos com grande número de beneficiários do Auxílio Brasil.

[7] Disponível em: https://www.seed.se.gov.br/oficial.asp Acesso em: 15 de ago. 2022.

De acordo com informações recuperadas no site da SEDUC/SE, a equipe gestora da unidade é composta por 01 (um) diretor, 01 (um) coordenador administrativo e financeiro, 01 (uma) coordenadora pedagógica e 01 (uma) secretária escolar.

Quanto ao corpo docente da instituição é formado por 18 (dezoito) professores efetivos, destes 06 (seis) em regime de dedicação exclusiva por estarem vinculados ao Ensino Médio em Tempo Integral e 01 (uma) professora com readaptação definitiva lotada como técnica pedagógica. Além dos efetivos, possui atualmente no quadro 15 (quinze) professores com contrato temporário, perfazendo um total de 34 (trinta e quatro) professores no quadro docente da instituição. Assim como o quadro de professores, o quadro funcional de apoio é composto por servidores tanto efetivos como contratados são 05 (cinco) vigilantes deste 01 (um) contratado, 08 (oito) merendeiras escolares destas 03 (três) contratadas e 06 (seis) servidores de serviços básicos deste apenas 01 (um) é efetivo.

No que diz respeito à infraestrutura, pode-se considerar que o prédio que abriga o CEMB tem ótima infraestrutura, tendo em vista que passou por reforma recente, a qual agregou mais qualidade de vida ao ambiente. A escola possui acessibilidade para receber pessoas com deficiência, 11 salas de aula climatizadas, laboratório de Informática em funcionamento, sala de reuniões, sala de professor, cozinha, sala da diretoria, sala da coordenação, secretaria, quadra poliesportiva coberta, sanitários, a sala que abriga a biblioteca, pátio coberto, além de estacionamento. Quanto aos recursos tecnológicos dispõe de computadores, tablets, notebooks, projetores, smartvs, impressoras e copiadoras, máquina fotográfica profissional, sistema de som e circuito de monitoramento de câmeras.

Apesar de ter sido tornado Centro de Excelência, percebe-se que ainda há a necessidade de ampliação das dependências como o refeitório que é montado provisoriamente no pátio com cadeiras e mesas plásticas, o laboratório de Ciências que está dividindo espaço provisoriamente com o laboratório de Informática e o auditório que é montado de forma improvisada na sala de reuniões, além de vestiário para que possa atender as necessidades dos alunos que passam o dia na escola. Inclusive a sala da biblioteca que apesar de ter melhorado muito com a reforma, foi preparada como o mesmo padrão das salas de aulas.

3.2.1 Objeto de Estudo

Inicialmente foi destinada uma sala para armazenar os livros didáticos tanto novos (sobras) como os devolvidos pelos alunos, (até então não existia a política do desfazimento do livro didático) e alguns livros literários que começaram a ser destinados pelo Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE) através do PNBE. De acordo com dados recuperados no Sistema de Material Didático (SIMAD)[8], as primeiras coleções foram recebidas em 2001.

Por um longo período o espaço estocava este material, além de muitos outros como cadeiras e mesas inservíveis, ventiladores quebrados, o que claramente mais se assemelhava a um depósito.

O cenário começou a mudar um pouco, quando em 2013 amparados pelo decreto 29.243 de 08 de maio de 2013[9], que dispõe sobre o descarte, desfazimento dos livros didáticos fora do ciclo trienal de atendimento, a escola iniciou o processo de levantamento dos livros didáticos para o desfazimento que segundo dados localizados no comprovante enviado à comissão de trabalho para o desfazimento do livro didático da SEDUC, foram encaminhados para o desfazimento 2.486 exemplares de livros didáticos, juntamente com os materiais inservíveis. No entanto, o espaço continuou a acomodar o saldo dos livros didáticos que encontravam-se com o ciclo de uso ativo, conforme mostra a figura.

[8]https://www.fnde.gov.br/distribuicaosimadnet/
[9]Disponível em: https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/pnld/desfazimento-pnld

Figura 4 - Situação da Biblioteca em 2013.

Fonte: Arquivo pessoal, (2013).

Nesse período a unidade já possuía um acervo muito rico, tendo recebido no decorrer dos anos PNBE literário, PNBE periódicos e PNBE professor. A única ação do governo do estado no mesmo período foi o envio de algumas mesas redondas e cadeiras, que serviram para tentar montar um espaço em que fosse possível realizar a leitura de um livro, ação que teve a colaboração de um servidor de apoio (acadêmico de Serviço Social UFS, leitor assíduo e conhecedor da importância da leitura) que em seus horários de folga se propôs organizar os livros literários.

Mesmo assim, o ambiente continuava a servir como depósito, todo material que chegava e ou que quebrava era jogado na sala. Alguns alunos da 2ª série do Ensino Médio em 2015 se propuseram a desbravar o ambiente e ao se depararem com a riqueza literária, criaram por iniciativa própria o “Projeto Literário” que tinha como objetivo fomentar o gosto pela leitura e tentaram com o que tinham mudar a cara do ambiente, abriam o espaço com alguma frequência para emprestar livros, realizaram feiras de livros e campanha de doação de livros. O protagonismo destes alunos foi tamanho que conseguiram junto ao Conselho Escolar a deliberação de prestação de serviço para forrar e instalar um sistema de iluminação melhor. Inclusive nomearam a biblioteca com o nome “Professor Lourival Alves da Silva Neto”[10], sindicalista e professor que muito lutou pela reforma da escola,

[10]A autora optou por não usar o nome no título da pesquisa, por não existir uma documentação oficial desta nomeação.

falecido em acidente automobilístico em novembro de 2016.

Figura 5 - Ambiente organizado pelos alunos do Projeto.

Fonte: Arquivo Pessoal, (2016).

O Projeto foi realizado em apenas duas edições, devido à conclusão do Ensino Médio dos mentores, a coordenação incluiu no PPP da unidade, mas não chegou a ser realizado nos anos seguintes.

Em 2017, assumiu um novo gestor, o jovem professor Ramon Vieira, formado em música pela UFS, trouxe um novo olhar e iniciou-se um momento de renovação nas práticas pedagógicas e estruturais da unidade como um todo. Tanto se falava em alfabetização e letramento, mas o uso do livro como ferramenta essencial no processo de ensino-aprendizagem praticamente não existia. Essa era uma grande preocupação do novo gestor que inseriu no Plano de Ação, ações de incentivo à leitura e a organização do espaço da biblioteca como pode-se comprovar ao ler as informações do quadro a seguir:

Quadro 2 - Parte do Plano de Ação de 2017 do CEMB.

O QUE?	PARA QUE?	COMO?	QUANDO?	QUEM?
Organização e acompanhamento dos espaços e tempos pedagógicos na escola.	▪ Despertar a sensibilidade, o interesse e o prazer em "ler", interpretar poesias e poemas e demais gêneros textuais. ▪ Ter contato direto com o livro ▪ Incentivar a leitura espontânea e livre	▪ Uso da Estante literária onde os alunos têm acesso diariamente aos livros podendo pegá-los emprestados ▪ Implantação da "GELADOTECA" onde os alunos têm acesso diariamente aos livros podendo pegá-los emprestados.	▪ Primeiro semestre, através do acesso diário ▪ Segundo semestre, através do acesso diário	▪ Equipe Diretiva (Ramon Vieira, Shirley Caetano, Josefa Monteiro e Silvana)
	▪ Organizar e para otimizar que a mesma desempenhe as funções educativas, culturais e técnicas. ▪ Atuar espaço educativo e como suporte das disciplinas. ▪ Estar integrada ao projeto pedagógico e curricular da escola. ▪ Promover a cultura, fomentar a pesquisa e a leitura.	▪ Catalogação e classificação dos livros da biblioteca e informatização do empréstimo	▪ A partir do segundo semestre, todos os dias letivos da semana.	▪ Estagiários e COM-VIDA;

Fonte: Portfólio da Unidade de Ensino, (2017).

Ao ler as informações do quadro acima é perceptível a sensibilidade e o conhecimento da nova equipe gestora sobre a importância e toda a potencialidade pedagógica da BE. As etapas desta ação foram cumpridas, inclusive o gestor utilizou o Biblivre para informatizar o acervo. Mas, com a iminência da reforma esperada por cerca de 20 anos por toda a comunidade, que após muitas reivindicações teve seu início em dezembro de 2017, todos os livros foram encaixotados, ficando uma parte sem passar pelo processo de catalogação. Nesse período, o diretor realizou um descarte de material contaminado por fungos, e alguns outros pelo seu estado de conservação. Como a cidade não dispunha de um espaço que acomodasse toda a escola, a unidade nesse período funcionou de forma fracionada, dividida em sete espaços, tornando inviável a continuidade do processo.

O prédio reformado e ampliado foi entregue em novembro de 2018, quando a SEDUC por meio do Departamento de Apoio ao Sistema Educacional (DASE) enviou estantes e mesas novas e um técnico da divisão para organizar a biblioteca para a reinauguração do prédio. Durante o último mês do ano letivo a ação não foi retomada, tendo em vista que, todos os esforços foram destinados à

conscientização de zelo com o patrimônio escolar. No entanto, um primeiro passo foi dado, os livros didáticos não retornaram mais para o espaço assim como também todo material que não fazia parte do âmbito da leitura.

Em 2019, logo no primeiro mês do ano letivo a ação ficou mais uma vez comprometida, com a saída do Gestor para atuar no Ensino Médio em Tempo Integral e o término do contrato dos estagiários, a escola ficou por 08 meses sem gestor, além de um déficit de servidores, sendo gerida nesse período pela secretária e coordenadoras.

Mesmo com o estabelecimento de um novo gestor em setembro de 2019 a ação não foi retomada, ficando em segundo plano e o espaço utilizado apenas para os alunos que ficavam fora sala que acompanhados pela coordenação, realizavam atividades no local.

Em janeiro de 2021, de acordo com o comprovante de recebimento do material, a unidade recebeu mais estantes, birôs e cadeiras e uma cadeira giratória. Apresentando até o inicio desta pesquisa o layout que pode ser visto na imagem abaixo.

Figura 6 - Vista panorâmica da Biblioteca.

Fonte: Arquivo Pessoal, (2021).

Passou-se dois anos de período pandêmico com a suspensão total das aulas presenciais e a restrição de circulação de livros, tendo retornado totalmente presencial em 2022 e com a oferta do Ensino em Tempo Integral, cogitou-se suprimir o espaço para acomodar uma sala de aula. Mas após argumentação da autora desta pesquisa no que tange às possibilidades do espaço para além de uma sala de aula e que esta ação mais uma vez inviabilizaria a sua reestruturação por

completo, momento em que a atual equipe gestora abraçou o objetivo desta pesquisa, que será detalhado nas próximas seções deste trabalho.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A presente seção apresenta os dados coletados, propiciando um panorama acerca da realidade da BE pública em Sergipe a partir da observação da BE do CEMB, discutidos conforme os parâmetros para as bibliotecas escolares - GEBE. Sendo possível a partir deste estudo, propor de acordo com a realidade da BE, a revitalização do espaço com foco no layout levando em consideração os padrões básicos para o espaço físico.

Para tanto, será apresentada a análise das informações obtidas por meio da observação da BE realizada no período de abril de 2022 a maio de 2022 com base nos pontos dos parâmetros brasileiros para BE.

- **FUNCIONAMENTO**

Inicia-se a análise levantando o funcionamento, que de acordo com a observação e conversa com a equipe diretiva, a BE não tem um funcionamento regular, estando aberta apenas quando é utilizada para aula de reforço e ou dependendo da procura na secretaria da escola, algum funcionário que esteja disponível no momento abre para o aluno fazer o empréstimo do livro. Embora a escola funcione durante os três turnos, a BE não tem como manter um horário de funcionamento regular por não ter o profissional Bibliotecário nem pessoal para atender a demanda.

- **ESPAÇO FÍSICO**

Seguindo a cronologia do formulário do GEBE o segundo ponto é o **espaço físico**, que engloba localização, condições de funcionamento, espaços, mobiliário, equipamentos e layout. No que diz respeito à **localização,** dentro do espaço da escola é tida como **adequada**, pois está localizada no bloco central em frente à parte administrativa com um tamanho de **77m^2**, enquadrando-se no **nível básico** para os padrões do GEBE.

Quanto às **condições de funcionamento** tem **boa iluminação** com lâmpadas de LED; **boa ventilação** dotada com dois aparelhos de ar condicionado; a manutenção da **limpeza considerada razoável** com necessidade de mais

frequência na limpeza utilizando os produtos adequados; **local seguro** quanto à prevenção de pânico e sinistros com lâmpadas de segurança e extintor atendendo a NBR 12693[11]; a **acessibilidade razoável**, levando em consideração a disposição do mobiliário pode, por exemplo, dificultar a locomoção de um cadeirante; a **estética desfavorável** com mesma aparência de sala de aula sem nenhum tipo de decoração que configura uma estética que proporcione um melhor bem-estar, inspiração e leveza ao ambiente; o **espaço** é dividido **apenas** para **leitura e consulta local** e para o **acervo**.

No que diz respeito ao diagnóstico dos mobiliários e equipamentos optou-se por distribuir no quadro abaixo:

Quadro 3 - Mobiliários e equipamentos da BE – CEMB.

Itens	Quantidade
Assento para usuário	45
Mesa para usuário	08
Estantes	07
Quadro negro	01
Quadro branco	01
Armário	02
Cadeira Giratória	01
Birô com 02 gavetas	01
Birô com gaveteiro volante	01

Fonte: Elaboração pela autora (SOARES, 2022).

Com a exposição deste quadro é possível visualizar o quanto é deficiente de recursos para que o ambiente seja acolhedor que abrigue espaços que atraiam os usuários. Quanto à quantidade de mesas e assentos enquadra-se **nível básico** por ter “[...] assentos suficientes para acomodar simultaneamente uma classe inteira,

[11]Norma Brasileira que regulamenta os sistemas de proteção por extintor de incêndio.

além de usuários avulsos;” (CAMPELLO, 2010, p. 12). Já que as turmas da escola são compostas por uma quantidade entre 20 a 40 alunos. Embora possua birôs que podem ser destinados ao atendimento e à realização do processo técnico, **não dispõe** de **computador** para estes fins **nem sequer para uso dos alunos**.

É válido ressaltar que todo mobiliário e equipamentos descritos foram destinados pela SEDUC/SE, na tentativa de justificar o cumprimento da Lei de Universalização das Bibliotecas Escolares. No entanto, a unidade é contemplada com o Programa de Dinheiro Direto na Escola (PDDE) do FNDE que proporciona autonomia na aquisição de recursos para o funcionamento da escola, dentre eles recursos permanentes como mobiliários e equipamentos, além de livros para compor o acervo. Porém ao analisar os planos de aplicação do referido recurso no período de 2013 a 2021 a BE não foi contemplada, foi localizado apenas compra de dicionários de Língua Portuguesa, e Língua Estrangeira (Inglês e Espanhol) para uso em sala de aula que hoje compõem o acervo da unidade.

Quanto ao **layout** atual, de acordo com a observação e análise realizada, pode-se considerar como **pouco funcional**, pela escassez de equipamentos e ausência de espaços. Tendo em vista que os **77m^2** podem ter um melhor aproveitamento, agregando mais funcionalidades como mapoteca, mural temático, cantinho de leitura e computadores com acesso a internet para pesquisa escolar, espaço para projeção. Além disso, a disposição das estantes está deixando o acervo em contato direto com a iluminação natural, comprometendo a conservação dos livros. Inclusive esses pontos estarão dispostos na proposta de revitalização que apresentará ao CEMB um novo layout com otimização e distribuição de novos espaços, investindo na educação do usuário e estética do ambiente proporcionando um ambiente propício à aprendizagem.

Em síntese, de acordo com as recomendações dos parâmetros, o indicador do **espaço físico** não se enquadra em **nível básico** por não dispor de “um balcão de atendimento, uma mesa, uma cadeira e um computador com acesso à internet, para uso exclusivo do(s) funcionário(s);” (CAMPELLO, 2010, p. 12). Que são requisitos mínimos para se enquadrar no nível básico.

- **ACERVO**

O **acervo** da biblioteca é constituído de materiais oriundos do PNBE de 2001 a 2014 e do PNLD literário aluno, professor e acervo 2018 a 2022, doação de ex-alunos, professores e do DASE que encaminhou principalmente livros de literatura sergipana. Os livros do Pacto pela Alfabetização na Idade Certa destinados ao bloco de alfabetização do 1º ao 3º ano do Ensino Fundamental também foram inseridos no acervo, **constituindo** até o momento desta pesquisa por um total de **2.784 livros**. Além dos livros, **outros materiais** são importantes, mas na unidade a presença deles é **em quantidade insuficiente**, por exemplo, dispõe de pouquíssimos gibis, embora a escola disponha de uma variedade de mapas não existe um espaço para eles na biblioteca, dispõe também de alguns DVDs que foram enviados pelo MEC, a grande maioria ainda no plástico que se quer foram utilizados.

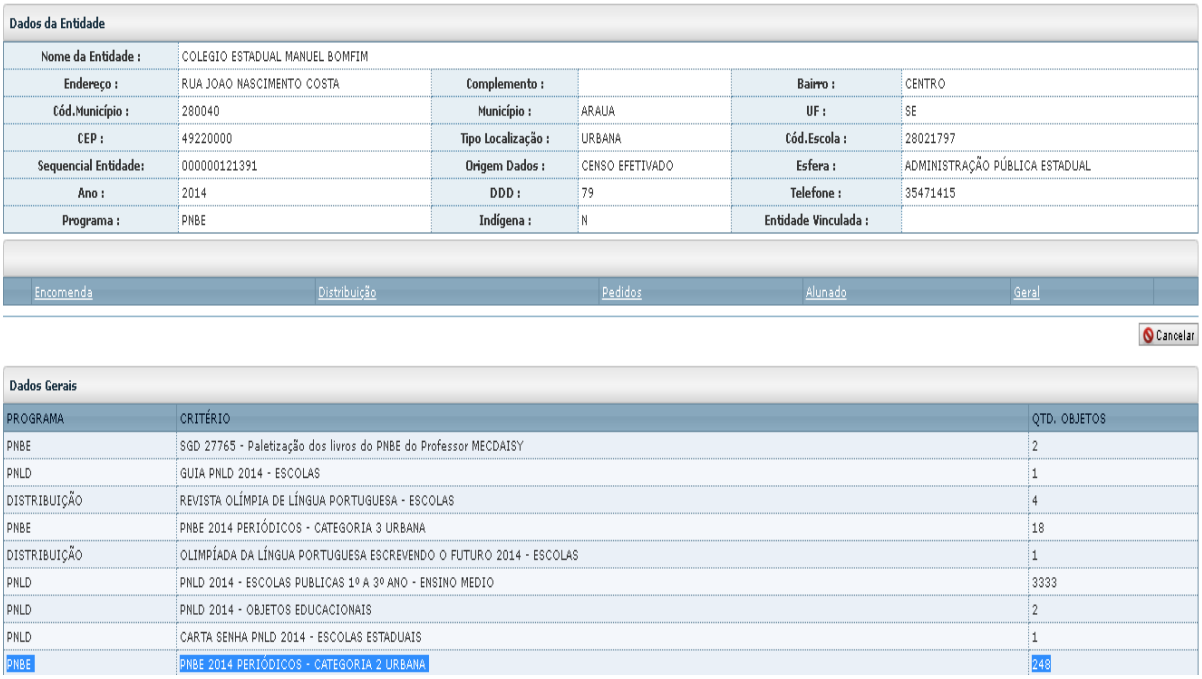
No que se refere às **Condições gerais do acervo** no que diz respeito ao Equilíbrio entre assuntos, séries ou faixa etária dos alunos pode-se considerar **razoável** já que a maior parte do acervo foi destinada pelo PNBE e PNLD literário que são ofertados de acordo com as séries e faixa etária dos alunos. Apresentando **um bom Estado de conservação** que possivelmente se dá principalmente pela pouca circulação em virtude de o ambiente ser pouco utilizado. No acervo não existe a presença de **livros didáticos** que foram **retirados definitivamente** do espaço em 2018.

Em relação ao **número de empréstimo** não é possível mensurar, pois não se tem registro desses números para realizar um levantamento. No entanto, apesar de ser um equipamento que não tem um funcionamento efetivo na escola, alguns alunos têm o hábito de leitura, fruto de ações desenvolvidas em 2017 antes da reforma e pandemia. Procuram a secretaria e ou coordenação para fazer o empréstimo.

No tocante a **comissão de seleção do acervo não existe, logo não realizam descarte.** No entanto, no período de organização do material para a reforma do prédio foi realizada uma triagem e foram descartados materiais desatualizados e contaminados por fungos e enviados juntos com a remessa de livros didáticos encaminhados ao desfazimento. Acredita-se que possivelmente periódicos tenham sido descartados junto com esse material. Revistas como a Nova Escola, Presença Pedagógica, Ciências Hoje, Filosofia Ciência e Vida e a Revista de

História, da Biblioteca Nacional, foram entregues pelo PNBE, e não se encontram no acervo, nem se quer fora localizado em outros espaços da unidade de ensino. O quadro abaixo comprova que somente em 2014 a escola recebeu 248 exemplares de periódicos.

Quadro 4 - Dados de Distribuição de Periódicos – 2014.



Dados da Entidade

Nome da Entidade :	COLEGIO ESTADUAL MANUEL BOMFIM				
Endereço :	RUA JOAO NASCIMENTO COSTA	Complemento :		Bairro :	CENTRO
Cód.Município :	280040	Município :	ARAUA	UF :	SE
CEP :	49220000	Tipo Localização :	URBANA	Cód.Escola :	28021797
Sequencial Entidade:	000000121391	Origem Dados :	CENSO EFETIVADO	Esfera :	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL
Ano :	2014	DDD :	79	Telefone :	35471415
Programa :	PNBE	Indígena :	N	Entidade Vinculada :	

Encomenda | Distribuição | Pedidos | Alunado | Geral

Cancelar

Dados Gerais

PROGRAMA	CRITÉRIO	QTD. OBJETOS
PNBE	SGD 27765 - Paletização dos livros do PNBE do Professor MECDAISY	2
PNLD	GUIA PNLD 2014 - ESCOLAS	1
DISTRIBUIÇÃO	REVISTA OLÍMPIA DE LÍNGUA PORTUGUESA - ESCOLAS	4
PNBE	PNBE 2014 PERIÓDICOS - CATEGORIA 3 URBANA	18
DISTRIBUIÇÃO	OLIMPÍADA DA LÍNGUA PORTUGUESA ESCREVENDO O FUTURO 2014 - ESCOLAS	1
PNLD	PNLD 2014 - ESCOLAS PUBLICAS 1º A 3º ANO - ENSINO MEDIO	3333
PNLD	PNLD 2014 - OBJETOS EDUCACIONAIS	2
PNLD	CARTA SENHA PNLD 2014 - ESCOLAS ESTADUAIS	1
PNBE	PNBE 2014 PERIÓDICOS - CATEGORIA 2 URBANA	248

Fonte: https://www.fnde.gov.br/distribuicaosimadnet/.

- **ORGANIZAÇÃO DO ACERVO**

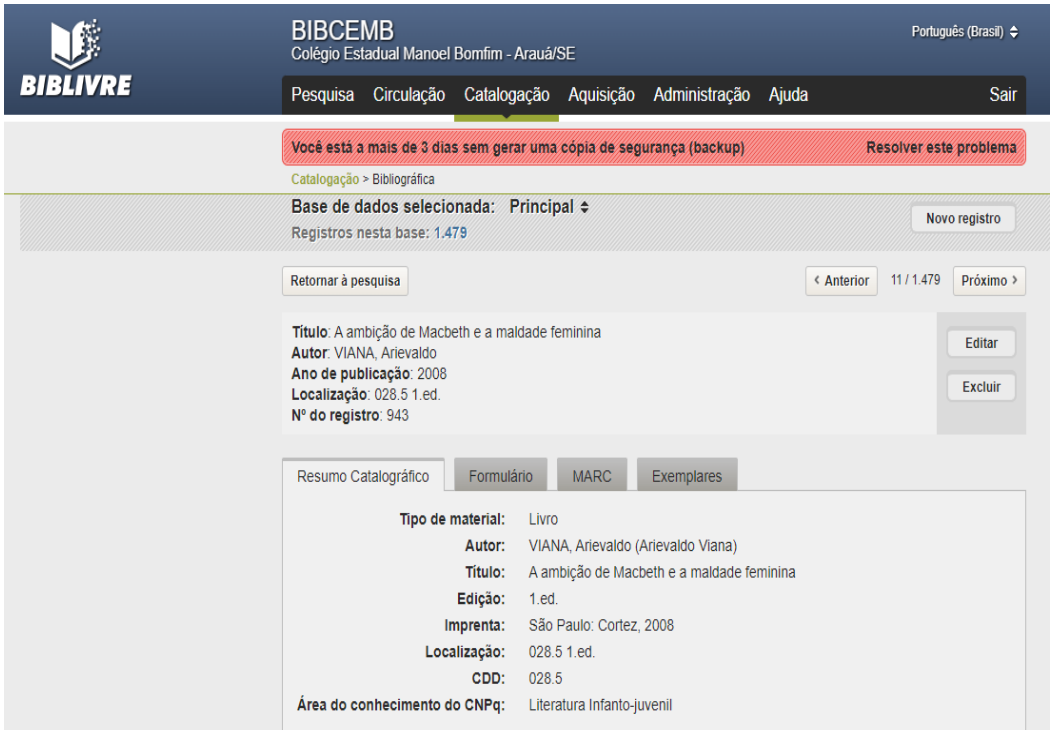
O acervo da biblioteca está **parcialmente tombado**, com registro patrimonial gerado pelo Biblivre[12] e devidamente etiquetado. De acordo com o relatório de cadastro de exemplares que teve início em 28 de junho de 2017 tendo último registro de cadastro em 11 de outubro do mesmo ano, comparando com os dados de distribuição do FNDE do PNLD literário entre os anos de 2018 a 2022 e as obras de referências que não foram catalogadas existe um total de 1.305 exemplares não catalogados. É importante salientar que para obter os dados foi necessário resetar senha do biblivre através de um aplicativo indicado no fórum[13] do software e importar o backup localizado em um drive da instituição, já que o

[12] https://www.biblivre.org.br/forum/viewtopic.php?t=36548

processo foi interrompido conforme mencionado anteriormente, passado cerca de cinco anos ninguém da equipe atual tinha conhecimento do acesso.

Durante a observação notou-se que atualmente parte do acervo é classificado. No entanto, há uma mistura entre Classificação Decimal de Dewey (CDD) e Classificação Decimal Universal (CDU). O que certamente se deu por esse processo técnico não ter sido realizado por um bibliotecário que o profissional habilitado para realizar o trato correto da informação, observou-se que a catalogação foi realizada de acordo com as informações localizadas nas fichas catalográficas dos livros, logo livros classificados apenas com CDU, foram cadastrados com a notação no campo CDD. Já que ao acessar a informatização do acervo, notou-se que foi adotado a CDD para classificação, sendo utilizados os principais pontos de acesso enquadrando-se assim no **nível básico** quando de acordo com Campello (2010, p. 15) “o catálogo da biblioteca inclui pelo menos os livros do acervo, permitindo recuperação por autor, título e assunto;”.

Figura 7 - Tela com Resumo catalográfico do Biblivre.



Fonte:http://localhost/Biblivre5/?action=cataloging_bibliographic.

Embora necessite passar por uma revisão na classificação. É possível perfeitamente realizar a recuperação do acervo pelos principais pontos de acesso. Assim sendo, perfeitamente viável dar continuidade ao processo de informatização

do acervo.

- **SERVIÇOS E ATIVIDADES OFERECIDAS**

Quanto aos serviços e atividades oferecidas da lista disponível no formulário do GEBE, somente é realizado o empréstimo, que como o catálogo informatizado ainda não está em uso para a circulação do acervo, é realizado o **empréstimo manualmente e a consulta local** praticamente **não se aplica** tendo em vista que não tem pessoal para acompanhar.

Dito isto, percebe-se que **não são oferecidos serviços regulares** já que o indicador do GEBE define que para enquadrar-se no nível básico a BE deve ao menos ofertar a “consulta no local, empréstimo domiciliar, atividades de incentivo à leitura e orientação à pesquisa;” (CAMPELLO, 2010, p. 16).

Assim, observou-se em um contexto geral que apesar de já se enquadrar em alguns pontos nos padrões mínimos para um BE, existem adequações que serão propostas que diante da realidade observada é passível de realização. No entanto, no que diz respeito à ausência de pessoal e do bibliotecário, fica inviável já que a unidade é mantida pelo Governo do Estado que desrespeita a legislação no tocante ao cumprimento da presença desse profissional na BE, como já citado anteriormente neste estudo.

Diante do cenário exposto é perceptível que a proposta desta pesquisa tem principalmente o desafio de mudar a visão que a comunidade escolar como um todo tem sobre a biblioteca, já que é um ambiente que embora ainda não esteja nos padrões ideais não é valorizado nas atividades nem se quer houve uma tentativa de colocá-la em funcionamento, já que, o “ponta pé” inicial foi dado em 2017 com o inicio da informatização do acervo.

5 PROPOSTA DE REVITALIZAÇÃO DO ESPAÇO FÍSICO

Como esta pesquisa é de natureza aplicada, a partir dos resultados obtidos foi elaborada a proposta de revitalização do espaço físico da BE do CEMB, cumprindo assim com o objetivo de mudança da realidade observada através da dinamização do espaço até então muito pouco utilizado pela comunidade.

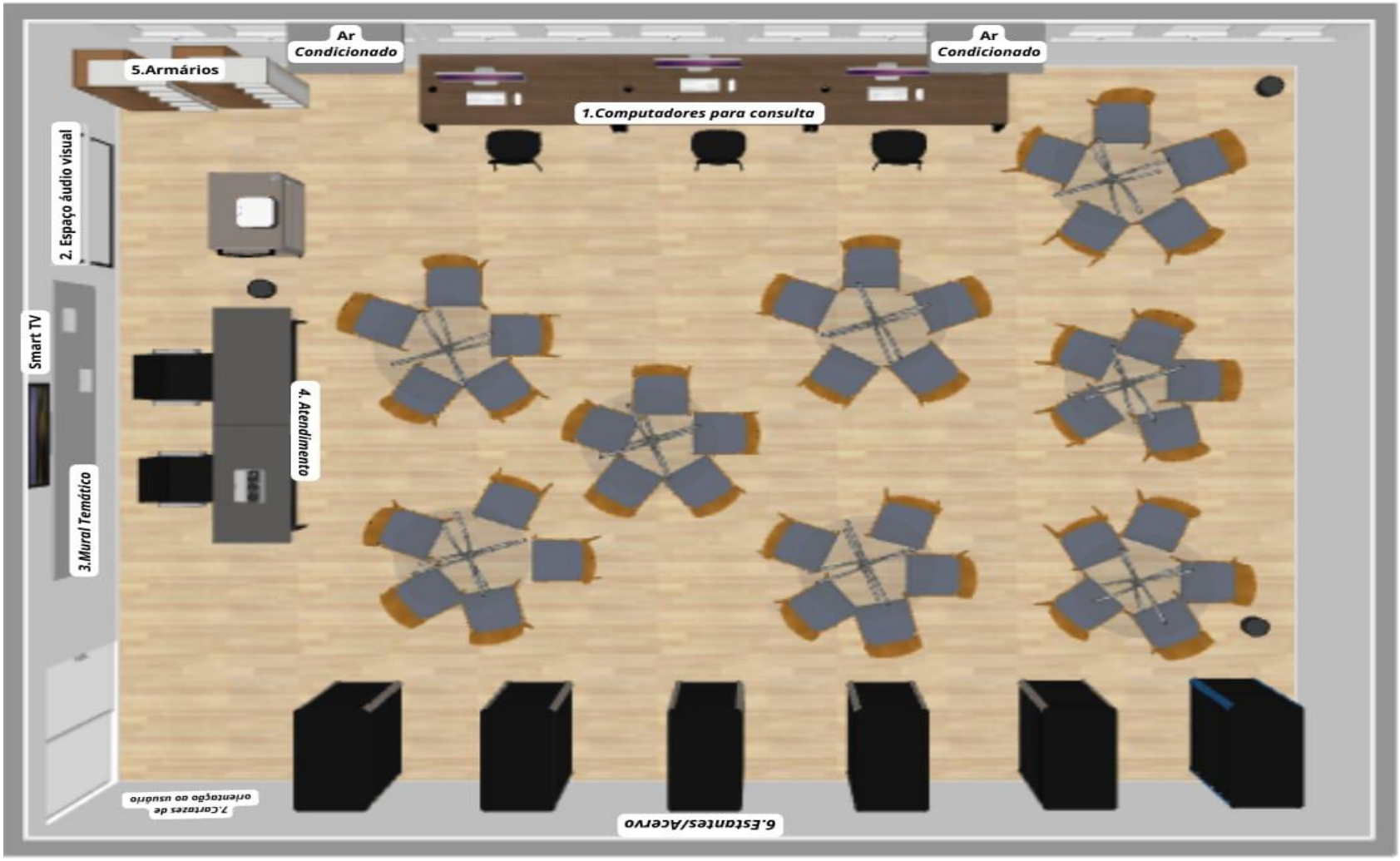
O projeto foi arquitetado de acordo com a realidade e potencial financeiro da escola para aquisição de alguns equipamentos. A referida proposta segue apresentada na figura 8 através de acesso remoto pelo QR code e em imagem 2D que seguida de detalhamento dos pontos.

Figura 8 - Código QR contendo vídeo em 3D com projeto de proposta de layout.

Fonte: Gerador de QR Code Canva[14].

[14]Disponível em: https://www.canva.com/pt_br/

Figura 9 - Proposta de novo layout, em 2D



Fonte: Elaborado pela autora (SOARES, 2022) e Assis, 2022. Desenvolvido com software online HomeByM[15]

[15]Disponível em: https://home.by.me/en/

- **DETALHAMENTO DA PROPOSTA**

1. Três computadores com acesso a internet, tanto para orientação de pesquisa como para consulta de acervos digitais como, por exemplo, o da Biblioteca Nacional Digital[16]. Ampliando a disponibilidade de fontes de informação com o uso digital gratuito tendo em vista que, a unidade não dispõe de recurso para aquisição de acesso a plataformas pagas. Além de ampliar o leque de outros materiais disponíveis na rede. Enquadrando-se no nível básico, quanto ao indicador de Computadores ligados à internet;

2. Espaço áudio visual, com tela de projeção, projetor e smart tv, para facilitar o desenvolvimento de atividades de ensino aprendizagem relacionados ao incentivo á leitura e escrita, bem como fomento a cultura. A disposição deste espaço encontra-se sugerida desta forma por utilizar o espaço destinado à consulta local para acomodar os usuários;

3. Mural Temático, espaço pensado para constar registros históricos da escola, com o objetivo de trabalhar a identidade e pertencimento da comunidade escolar. Além de campanhas de prevenção e em alusão a datas comemorativas do calendário escolar;

4. Espaço para atendimento e processamento técnico, adaptando os dois birôs do mobiliário, disposto próximo à entrada com um notebook para acesso ao catálogo;

5. Armários, para armazenar material que ainda não foi catalogado, mapas e globos;

6. Estantes com o acervo físico, em posição horizontal afastadas da janela para impedir que a iluminação natural danifique o acervo e ao mesmo tempo na direção do ar condicionado para possibilitar a ventilação, mantendo a conservação dos livros;

[16] Disponível em: https://bndigital.bn.gov.br/

7. Local reservado para banners de orientação de uso do espaço e manuseio e conservação do acervo, ponto inicial para trabalhar a educação do usuário.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebeu-se com essa pesquisa o quanto a BE ainda é negligenciada, embora a demanda da sociedade da informação emergente tenha sido potencializada com a pandemia, a BE sendo uma grande aliada continua esquecida. Passados anos de legislação que não é cumprida, são raras as ações efetivas de esforços progressivos em favor da BE no Brasil. Diante isso é de fundamental importância intensificar a articulação com iniciativas de melhorias das bibliotecas escolares, principalmente públicas, além de colocar em pauta constante a cobrança do bibliotecário como agente educador de forma que as práticas pedagógicas e bibliotecárias contribuam efetivamente para o desenvolvimento da competência informacional, proporcionando assim que a BE cumpra a sua função educativa.

Com isso, buscou-se com a questão norteadora desse estudo, compreender como tornar uma BE da rede pública estadual de Sergipe em um espaço que contribua para a transformação da comunidade escolar em efetivos usuários da informação. Sendo Sergipe, historicamente um dos Estados mais negligentes nesse sentindo, quando desrespeita uma Lei Estadual que desde 1990 já regulamentava esses espaços na escola inclusive com a presença de bibliotecário admitido por meio de concurso público. O que se ver em Sergipe é de fato um total descaso quando, além da subutilização das BEs, o governo extingue o cargo bibliotecário do quadro funcional.

Diante dessa realidade, notou-se a necessidade de colocar esses espaços subutilizados em movimento, tendo em vista que a comunidade escolar por perceber a importância do papel de uma biblioteca na escola pode, potencialmente, “engrossar o couro” #SOUBIBLIOTECAESCOLAR.

Como o objetivo geral desta pesquisa foi elaborar uma proposta de revitalização para a BE do CEMB localizado no município de Arauá/Sergipe de acordo com os parâmetros brasileiros para biblioteca escolar. Nesse sentido, buscou-se realizar um levantamento bibliográfico sobre a temática que fundamenta a pesquisa, desde o seu histórico, contribuições, a lei de universalização, organização, parâmetros e a situação de Sergipe.

Em relação os objetivos específicos, fez-se necessário realizar um diagnóstico da BE, que através da observação realizada pela pesquisadora que desenvolveu uma pesquisa participante por ser integrante da comunidade escolar. A

observação foi realizada utilizando os indicadores do formulário de avaliação do GEBE, sendo possível a partir do diagnóstico obtido, indicar adequações necessárias para se enquadrar inicialmente nos padrões mínimos de acordo com a realidade da BE.

Por fim, a partir dos resultados obtidos por meio da análise de acordo com os indicadores do GEBE, foi possível elaborar uma proposta de layout, que dentro da realidade e condições de aquisição de recursos da unidade é perfeitamente viável, além disso, foi proposta a gestão a elaboração de um regimento de funcionamento, para que os alunos como os Jovens Protagonistas, líderes e monitores sejam parte integrante da manutenção de funcionamento do espaço.

De forma geral, a pesquisa ocorreu de forma satisfatória, os objetivos propostos foram alcançados e principalmente com a conclusão da parte escrita que foi produzida com o objetivo principal de contribuir com a discussão da temática em nosso Estado.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Niliane Cunha de. A Contribuição Teórica de Kelley Cristine Gonçalves Dias Gasque para o Discurso da Competência Informacional no Brasil. **Ciência da Informação em Revista**, v. 4, n. 1, p. 17–27, 2017. Disponível em: https://www.seer.ufal.br/index.php/cir/article/view/2860. Acesso em: 26 out. 2021.

AGUIAR, Niliane Cunha de. **O letramento para a competência informacional em bibliotecas escolares:** estudo a partir dos projetos políticos-pedagógicos dos colégios de aplicação das universidades federais brasileiras. 2018. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação. 2018. 274 p. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUOS-B6PFSK/1/tese_final.pdfAcesso em: 18 out. 2021.

BOTTERO, Jean *et al*. **Cultura, pensamento e escrita**. São Paulo: Ática, p. 9-45, 1995.

BRASIL**. Plano Nacional de Educação**. 2014. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/pne.pdf. Acesso em: 18 nov. 2021.

BRASIL. Congresso Nacional. **Regimento interno da Câmara dos Deputados**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2018. Ebook. Disponível em: https://livraria.camara.leg.br/. Acesso em: 16 nov. 2021.

BRASIL. Senado Federal**. Lei 12.244, de 24 de maio de 2010**. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. Diário Oficial da União**:** Seção 1, Brasília, DF, p. 3, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12244.htm. Acesso em: 15 out. 2021.

BRASIL. **Projeto de Lei 9484/2018**. Altera a Lei no 12.244, de 24 de maio de 2010, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas escolares nas instituições de ensino do País, para dispor sobre uma nova definição de biblioteca escolar e cria o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE). Distrito Federal: Câmara dos deputados, 2018. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=8BAEBD8A672AFB0E045D4946F969EB44.proposicoesWebExterno1?codteor=1641422&filename=Avulso+-PL+9484/2018. Acesso em: 05 nov. 2021.

CABRAL, Rosimere Mendes. **Bibliotecas de Alexandria: construções políticas da memória**. 2010. Dissertação de Mestrado - (Mestrado em Memória Social)-Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010. 69-73 f. Disponível em: http://www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/bitstream/handle/unirio/12326/dissertacao%20completa%2012%2004%2010.pdf?sequence=1. Acesso em: 19 nov. 2021.

CAMPELLO, Bernadete Santos. O movimento da competência informacional: uma perspectiva para o letramento informacional. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 3, p. 28-37. 2003a. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ci/a/9nQgbdkq5nXsNBLfv5MBHNm/?format=pdf&lang=pt.

Acesso em: 05 out. 2021.

CAMPELLO, Bernadete Santos. **A função educativa da biblioteca escolar no Brasil:** perspectivas para o seu aperfeiçoamento. 2003b. Disponível em: http://200.20.0.78/repositorios/bitstream/handle/123456789/230/ENAN054_Campello.pdf?sequence=1. Acesso em: 05 out. 2021.

CAMPELLO, Bernadete (coord.). **Biblioteca escolar como espaço de produção do conhecimento:** Parâmetros para bibliotecas escolares. Grupo de Estudos em Biblioteca Escolar. Autêntica: Belo Horizonte, 2010. 36 p. Disponível em: http://gebe.eci.ufmg.br/images/stories/padroesparabibliotecasescolares.pdf. Acesso em: 10 de nov. 2021.

CAMPELLO, Bernadete (coord.) **Biblioteca escolar como espaço de produção do conhecimento: Parâmetros para bibliotecas escolares** : Documento complementar 1: espaço físico / Grupo de Estudos em Biblioteca Escolar. Autêntica: Belo Horizonte, 2016. 24 p. Disponível em: https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/biblioteca_escolar/cartilha_biblioteca_escolar.pdf. Acesso em: 05 de jun. 2022.

CAMPELLO, Bernadete Santos *et. al.* **A Biblioteca Escolar:** temas para uma pesquisa pedagógica. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016a.

CAMPELLO, Bernadete Santos *et. al.* A universalização de bibliotecas nas escolas: reflexos da lei 12.244. **Ponto de Acesso**, v. 10, n. 2, p. 39-58, 2016b. Disponível em: https://brapci.inf.br/index.php/res/download/78997. Acesso em: 22 nov. 2021.

CAMPELLO, Bernadete (coord.) **Biblioteca escolar como espaço de produção do conhecimento: Parâmetros para bibliotecas escolares**: Documento complementar 1: espaço físico / Grupo de Estudos em Biblioteca Escolar. Autêntica: Belo Horizonte, 2016c. 24 p. Disponível em: https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/biblioteca_escolar/cartilha_biblioteca_escolar.pdf. Acesso em: 05 de jun. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA. Resolução CFB Nº 220/2020, de 13 de maio de 2020. Dispõe sobre os parâmetros a serem adotados para a estruturação e o funcionamento das Bibliotecas Escolares. Diário Oficial da União: seção 1 Brasília, DF, p. 534, 18 maio 2020. Disponível em: http://repositorio.cfb.org.br/bitstream/123456789/1349/1/Resolu%c3%a7%c3%a3o%20220%20Par%c3%a2metros%20biblioteca%20escolar%20%281%29.pdf. Acesso em: 05 nov. 2021.

CARTA aberta. [Carta enviada aos candidatos da presidência da república] Destinatário: candidatos à presidência da república. Minas Gerais, 13 set. 2022. 1 Carta. Disponível em: https://crb6.org.br/boletim-crb6/cfb-envia-carta-aberta-a-candidatos-a-presidencia-da-republica/. Acesso em: 10 set. 2022.

CORREA, Luiz Nilton. **Metodologia Científica:** Para trabalhos acadêmicos e artigos científicos. Florianópolis, Santa Catarina: Do Autor, 2008. Ebook. Disponível em:

https://pdfcoffee.com/metodologia-cientifica-para-trabalhos-academicos-e-artigos-cientificos-pdf-free.html. Acesso em: 12 nov. 2021.

DIRECTRIZES da IFLA/UNESCO para Bibliotecas Escolares, 2002. Disponível em: http://repository.ifla.org/handle/123456789/525. Acesso em: Acesso em: 05 nov. 2021.

ENCINAS, José Imanã; SANTANA, Otacílio Antunes**. O trabalho científico na metodologia científica.** Brasília: Universidade de Brasília, 2019. 22 p. Ebook. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/34368/1/LIVRO_TrabalhoCientificoMetodologia.pdf. Acesso em: 16 nov. 2021.

GASQUE, Kelley Cristine Gonçalves Dias. Arcabouço conceitual do letramento informacional. **Ciência da Informação**, v. 39, p. 83-92, set./dez., 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ci/a/9L8b38v48WBQSQVRX63BMsw/?lang=pt&format=pdf. Acesso em: 19 nov. 2021.

GASQUE, Kelley Cristine Gonçalves Dias. **Letramento Informacional: pesquisa, reflexão e aprendizagem.** Brasília: Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, 2012. Disponível em: https://repositorio.unb.br/handle/10482/13025. Acesso em: 14 nov. 2021.

GASQUE, Kelley Cristine Gonçalves Dias; FIALHO, Janaína Ferreira. Letramento informacional e currículo. **Ponto de Acesso,** v. 11, n. 2, p. 70–89, 2017. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/12265. Acesso em: 10 out. 2021.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf. Acesso em: 19 nov. 2021.

KUHLTHAU, Carol Collier. O papel da biblioteca escolar no processo de aprendizagem. **In: VIANNA, Márcia Milton; CAMPELLO, Bernadete; MOURA, Victor Hugo Vieira. Biblioteca escolar: espaço de ação pedagógica.** Belo Horizonte: Escola de Biblioteconomia, 1999. p. 14. Disponível em: http://gebe.eci.ufmg.br/downloads/103.pdf. Acesso em 10 set. 2021.

MANIFESTO IFLA/UNESCO para biblioteca escolar Edição em língua português. Brasil, São Paulo, 2000. Disponível em: https://archive.ifla.org/VII/s11/pubs/portuguese-brazil.pdf. Acesso em 14 nov. 2021.

MAROTO, Lucia Helena**. Biblioteca Escolar, eis a questão!** Do espaço do castigo ao centro do fazer educativo. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

MOTA, Francisca Rosaline Leite. Competência Informacional e necessidade de interação entre bibliotecários e professores no contexto escolar. Informação e Sociedade. João Pessoa, v.16, n.1, p.121-127, jan./jun. 2006. Disponível em: https://brapci.inf.br/_repositorio/2010/11/pdf_8c099cb5e3_0012851.pdf. Acesso em: 05 ago. 2021.

SANTANA, Maria Mirella Borges. **Bibliotecas escolares:** análise da lei 12.244/2010 e sua aplicabilidade nas escolas do município de Aracaju-SE. 2021. Trabalho de Conclusão de curso (graduação em Biblioteconomia e Documentação) – Universidade Federal de Sergipe, Departamento de Ciência da Informação, 2021. 73 f. Disponível em: https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/14689/2/Maria_Mirella_Borges_Santana.pdf. Acesso em: 06 nov. 2021.

SANTOS, Josiel Machado. Bibliotecas no Brasil: um olhar. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v.6, n.1, p. 50-61, jan./jun. 2010. Disponível em: https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/viewFile/132/168. Acesso em: 18 out. 2021.

SERGIPE, Lei n° 8.025, de 04 de setembro de 2015. Dispõe sobre o Plano Estadual de Educação – PEE, e dá providências correlatas. Leis Estaduais. 2021. Disponível em: https://leisestaduais.com.br/se/lei-ordinaria-n-8025-2015-sergipe-dispoe-sobre-o-plano-estadual-de-educacao-pee-e-da-providencias-correla. Acesso em: 15 nov. 2021.

SERGIPE, Lei ordinária N° 2824, de 18 de julho de 1990. Leis estaduais. 2006. Disponível em: https://leisestaduais.com.br/se/lei-ordinaria-n-2824-1990-sergipe-dispoe-sobre-a-obrigatoriedade-de-construcao-e-manutencao-de-bibliotecas-e-a-admissao-de-bibliotecarios-em-. Acesso em: 15 ago. 2022.

SERGIPE, Lei Ordinária n° 7.820, de 04 de abril de 2014. Institui Plano de cargos, carreira e vencimentos para os servidores públicos civis da Administração Geral, da Administração Pública Estadual Direta, Autarquias e Fundações Públicas do Poder Executivo – PCCV/AG, e dá outras providências. 2021. Disponível em: https://leisestaduais.com.br/se/lei-ordinaria-n-7820-2014-sergipe-institui-plano-de-cargos-carreira-e-vencimentos-para-os-servidores-publ. Acesso em: 15 nov. 2021.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho. Perspectivas históricas da biblioteca escolar no Brasil: análise da lei 12.244/10 que dispõe sobre a universalização das bibliotecas escolares historical perspectives of school library in brazil: analysis of 12.24410 law. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, v. 16, n. 2, p. 489-517, 2011. Disponível em: http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/74863. Acesso em: 25 out. 2021.

SILVA, Rovilson José da; BORTOLIN, Sueli (orgs.).**Fazeres cotidianos na biblioteca escolar.** 2.ed. São Paulo: ABECIN Editora, 2018. Ebook. Disponível em: https://www.repositoriobib.ufc.br/000042/00004232.pdf. Acesso em: 18 out. 2021.

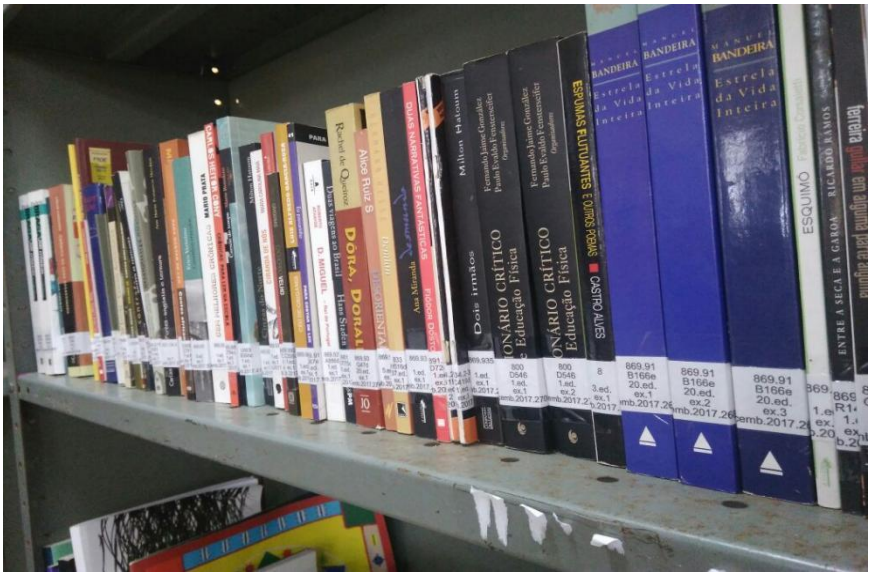
SIQUEIRA *et. al.*, Thiago Giordano de Souza. Panorama da biblioteca escolar no Brasil: legislações e ações. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 26, n. 1, p. 1-19, jan./abr., 2021. Disponível em: https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1754/pdf. Acesso em: 06 nov. 2021.

ANEXOS

Figura 1 - Fachada da biblioteca.

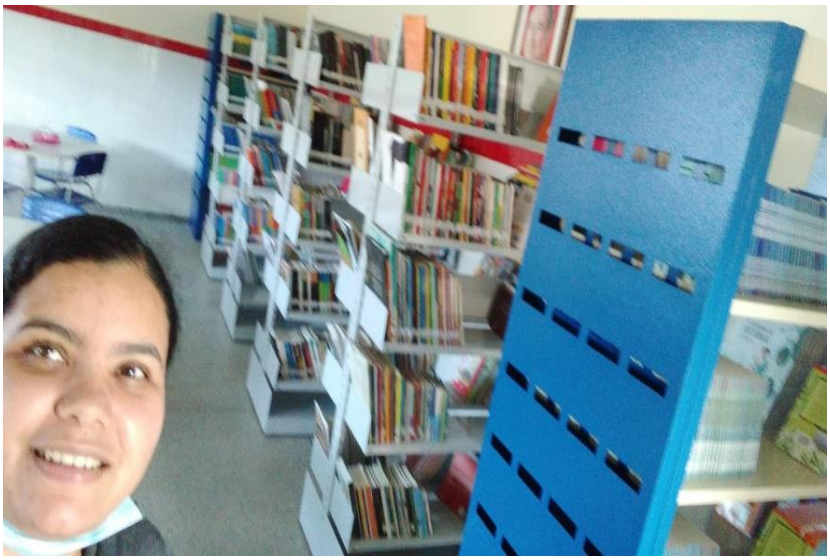
Fonte: Arquivo Pessoal, (2022).

Figura 2 - Primeiros livros a receber etiquetas em 2017.



Fonte: Arquivo Pessoal, (2017).

Figura 3 - Uma das visitas a Biblioteca.



Fonte: Arquivo pessoal, (2022).

Figura 4: Início do levantamento do acervo.

Fonte: Arquivo pessoal, (2022).